

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE GARANHUNS**  
**LICENCIATURA EM LETRAS – PORTUGUÊS/INGLÊS E SUAS**  
**RESPECTIVAS LITERATURAS**

**VANESSA KELY DA SILVA**

**ESCOLA SEM PARTIDO: uma reflexão sobre as ideologias dos projetos de lei e suas implicações no processo de mercantilização da educação.**

**GARANHUNS – PE**

**2019**

**VANESSA KELY DA SILVA**

**ESCOLA SEM PARTIDO: uma reflexão sobre as ideologias dos projetos de lei e suas implicações no processo de mercantilização da educação.**

Monografia apresentada ao Departamento de Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, Unidade Acadêmica de Garanhuns – UAG, em cumprimento à exigência para obtenção do título de Graduada em Letras Português/ Inglês e respectivas literaturas. Concentrado na área de pesquisa da educação, como o objetivo de identificar os impactos oferecidos pelo ESP, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Gonzaga Baião Filho.

**GARANHUNS – PE**

**2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S586e SILVA, Vanessa

ESCOLA SEM PARTIDO: uma reflexão sobre as ideologias dos projetos de lei e suas implicações no processo de mercantilização da educação / Vanessa SILVA. - 2019.  
65 f.

Orientadora: Luiz Gonzaga Baião Filho.  
Inclui referências e anexo(s).

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em Letras (Português e Inglês), Garanhuns, 2019.

1. Escola sem Partido. 2. Ideologias. 3. Educação. 4. Neoliberalismo. 5. Neoconservadorismo. I. Filho, Luiz Gonzaga Baião, orient. II. Título

CDD 410

---

**VANESSA KELY DA SILVA**

**ESCOLA SEM PARTIDO: uma reflexão sobre as ideologias dos projetos de lei e suas implicações no processo de mercantilização da educação.**

Monografia apresentada ao Departamento de Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, Unidade Acadêmica de Garanhuns – UAG, em cumprimento à exigência para obtenção do título de Graduada em Letras Português/ Inglês e respectivas literaturas. Concentrado na área de pesquisa da educação, como o objetivo de identificar os impactos oferecidos pelo ESP, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Gonzaga Baião Filho.

Aprovado em: 13 de dezembro de 2019

**Membros componentes da banca examinadora:**

---

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Luiz Gonzaga Baião Filho - Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Garanhuns

---

Membro: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Katia Araújo - Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Garanhuns

---

Membro: Prof. Dr. Lucas da Silva Castro - Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Garanhuns

## AGRADECIMENTOS

Após percorrer essa longa jornada que contempla e se concretiza de maneira tão importante nesse processo constitutivo de formação humana, gostaria de expressar gratidão por todos aqueles que participaram e dividiram comigo momentos dessa caminhada.

Inicialmente, expresso minha gratidão ao meu lar familiar, que me impulsionou e incentivou, mesmo que de forma indireta mas não menos significativa, desde os meus primeiros dias até a realização desse momento. Em representatividade desse laço, menciono Maria Verlane e Juciane Bernardo, sem o empenho e a inspiração de vocês essa etapa que esse trabalho como marco encerramento, não seria possível. Agradeço também as políticas de acessibilidade a educação pública. Sem elas o meu ingresso, e o de tantos outros estudantes ao nível superior não seria possível.

Essa jornada acadêmica que por horas se fez tão amarga, trouxe-me grandes presentes que tornaram tudo o que foi vivido mais prazeroso. Os trabalhos em grupo nos possibilitaram uma amizade que nos permitiu dividir a vida com pessoas fantásticas, onde cada uma com sua singularidade me permitiu ver o mundo de uma perspectiva diferente. Agradeço vocês por tanto, pelo apoio que nos tornamos uma para as outras quando tudo parecia não estar nos eixos. Muito obrigada Anne Beatriz, Priscilla Monique e Jeyse Lins.

Gislane Mendes, Patrícia Cavalcanti, Edna Lima, Dayhana Rodrigues, Vanessa Marcolino, Nathalia Correia e Thiago Jorge. Agradeço a todos vocês, que mesmo de forma indireta contribuíram pacientemente comigo. A todos aqui mencionados deixo o meu muito obrigada, sem vocês essa jornada não seria significativa como veio a ser.

Posso não aceitar a concepção pedagógica desse ou daquele autor e devo inclusive expor aos alunos as razões porque me oponho a elas, mas, o que não posso, na minha crítica, é mentir.

É dizer inverdades em torno deles. O preparo científico do professor ou da professora deve coincidir com sua retidão ética. É uma lastima qualquer descompasso entre aquele e está.

(...)

Creio que nunca precisou o professor progressista estar tão advertido quanto hoje em face da esperta com que a ideologia dominante insinua a neutralidade da educação. Desse ponto de vista, que é reacionário, o espaço pedagógico, neutro por excelência, é aquele em que se treinam os alunos para práticas políticas, como se a maneira humana de estar no mundo fosse ou pudesse ser uma maneira neutra.

Minha presença de professor, que não pode passar despercebida dos alunos na classe e na escola, é uma presença em si política. Enquanto presença não posso ser uma omissão, mas um sujeito de opções. Devo revelar aos alunos a minha capacidade de analisar, de comparar, de avaliar, de decidir, de optar, de romper.

Minha capacidade de fazer justiça, de não falhar a verdade. Ético, por isso mesmo, tem que ser o meu testemunho.

Paulo Freire, *Pedagogia da autonomia*, 1996.

## **RESUMO**

A educação vem se tornando um palco de grandes discussões e disputadas na última década. Nesse trabalho, discorreremos sobre a ênfase que a educação está recebendo nas esferas legislativas de todo país, através dos projetos de lei Escola sem Partido (ESP). Nossa análise se constrói através do objetivo geral de investigação e localização dos projetos de lei ESP, com as correntes ideológicas neoconservadoras e neoliberais. Ambas correntes passaram por reformulações nas suas ideologias, promovendo os interesses do mercado e ideologias conservadoras. Essas ideologias ganharam maior visibilidade e difusão a partir da década de 70 nos Estados Unidos da América (EUA). Atrrelados ao objetivo geral, estão os objetivos as especificidades de identificar e explicar o momento de nascimento do movimento Escola sem Partido, exemplificando seus propositores e apoiadores, demonstrando como esses estão envolvidos com as correntes neoliberais e neoconservadoras, assim como o trajeto que os projetos de lei percorrem nas esferas municipais, estaduais e federais, daremos ênfase na análise dos projetos que tramitam na esfera legislativa federal, pois entendemos que esses representam em contexto geral todos os outros que tramitam nas demais esferas. Mais adiante dialogaremos com os teóricos educacionais Freire (1996), Tomaz Tadeu (1994), Saviani (1996), Libâneo (1996), procurando entender o caminho educacional que esses autores educadores julgam necessários para a desenvoltura docente que visam o desenvolvimento autônomo do educando.

Palavras chave: 1. Escola sem Partido. 2. Ideologias. 3. Educação. 4. Neoliberalismo. 5. Neoconservadorismo.

## **ABSTRACT**

Education has become a stage of great discussions and disputes over the last decade. In this paper, we discuss the emphasis that education is receiving in the legislative spheres of every country, through the School Without Party bills. Our analysis builds on the general objective of investigating and locating ESP bills, with neoconservative and neoliberal ideological currents. Both currents underwent reformulations in their ideologies, promoting market interests and conservative ideologies. These ideologies gained greater visibility and diffusion from the 1970s on in the United States of America (USA). Linked to the general objective are the specificities of identifying and explaining the moment of birth of the School Without Party movement, exemplifying its proponents and supporters, demonstrating how they are involved with neoliberal and neoconservative currents, as well as the path that the projects of law run in the municipal, state and federal spheres, we will emphasize the analysis of the projects that are in the federal legislative sphere, because we understand that these represent in general context all others that are in the other spheres. Later we will talk with the educational theorists Freire (1996, Tomaz Tadeu (1994), Saviani (1996), Libiliar (1996), trying to understand the educational path that these educator authors deem necessary for the teacher resourcefulness that aims at the autonomous development of the student

**Keywords:** 1. School without Party, 2. ideology, 3. Education, 4. Neoconservatism, 5. Neoliberalism.



## **Listra de Abreviaturas**

Alagoas (Al)

Estados Unidos da América (EUA)

Constituição Federal (CF)

Escola sem Partido (ESP)

Partido dos Trabalhadores (PT)

Partido Social Liberal (PSL)

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....09

I - Escola sem Partido – Lugar de construção do discurso

I.I – O movimento Escola sem Partido.....13

I.II – Os projetos de Lei Escola sem Partido.....19

I.III – O trajeto do projeto de lei N° 7.180/2014.....28

II – A aliança neoconservadora com o neoliberalismo; a educação que se propõe

II.I A ideologia do Escola sem Partido.....35

II.II - O modelo educacional que se propõe..... 43

II.III - Como os educadores pensam a educação..... 53

II. IV - Uma pedagogia via práticas autônomas; os saberes que contrariam a ideologia do Escola sem Partido.....54

CONSIDERAÇÕES

REFERÊNCIAS

ANEXOS

## INTRODUÇÃO

Desde que a educação se consolidou em sociedade como um instrumento necessário ao auxílio do processo formativo da humanidade, passamos a entendê-la como fio condutor do ser humano com suas relações sociais. As etapas que tratam sobre as diligências educacionais passaram a ocupar um espaço de grande interesse nas discussões de grupos (políticos, religiosos, educadores...) que possuem grande alcance no que se refere a representação social. Nessa pesquisa, investigamos a aliança de grupos neoliberais e neoconservadores com vista a confluência desses grupos no que tange a desenvoltura de aspectos que tratam sobre a organização interna da educação. Nessa perspectiva, entendemos que os interesses industriais, econômicos das correntes neoliberais organizadas em um contexto global, se organizam e encontram no ESP, um terreno propício para a transformação de suas ideologias em projetos de lei que visa reformular a educação conforme seus moldes ideológicos.

Nossa análise se desenvolve sobre o Escola sem Partido, delegado por seu caráter de representatividade da aliança conservadora e liberal que visam utilizar a educação como ponto de partida para uma reorganização da sociedade, onde a escola é tida como um mecanismo preparatório da produção mercantil, requerendo funções específicas nos direcionamentos educacionais e no modo de organização interna da escola. Tornando essa leitura possível através do discurso usado pelo Escola sem Partido (ESP), que promove limitações na postura dos docentes. O projeto é pauta de um dos últimos e mais polêmicos debates sobre a educação, poderemos entender como se dá o motivo dessa polemica nas linhas que seguem.

O movimento Escola sem Partido teve início no ano de 2004, por iniciativa do seu coordenador geral Miguel Nagib em um endereço de site da internet. O movimento se identifica em uma organização de pais e alunos preocupados com os níveis de doutrinação e contaminação de ideologias nas escolas, mas não possui nenhum membro público da sociedade declarado, além de seu coordenador Miguel Nagib e o professor Bráulio Porto, que age como uma espécie de vice coordenador do movimento. O ESP ganhou maior repercussão a partir do ano de 2014, quando foram criados diversos projetos de lei Escola sem Partido nas esferas legislativas de nível municipal, estadual e federal.

Entendemos a necessidade de abordar o site do movimento, pois esse, produz conteúdos que procuram estimular a contenção da atuação de professores. Entenderemos a relação que há na promoção desses conteúdos e sua contribuição para a conquista de opinião pública favorável aos projetos Escola sem Partido que tramitam nas esferas legislativas. O site do movimento <sup>1</sup>e seu criador Miguel Nagib, divulgam seu posicionamento autônomo em relação aos projetos de lei Escola sem Partido, porém, o site contava até o primeiro semestre de 2019 com um *link*<sup>2</sup> que direcionava os internautas para a página oficial dos projetos lei, o *link* foi retirado após uma reformulação no site após o primeiro semestre desse ano, em uma tentativa de desvincular site e projeto. Entenderemos o trabalho em conjunto que se dá pelos sites, esses responsáveis por produzir matérias e divulga-las sob um discurso que transcende até o corpo dos projetos de lei. De modo, entendemos o Escola sem Partido em um projeto de contenção e imposição movido por ideologias neoliberais e neoconservadoras.

Quanto ao que discerne sobre a organização desse trabalho, inicialmente procuraremos entender a formação e o desenvolvimento do ESP, tal como a sua organização no endereço eletrônico da internet, quais os elementos que são produzidos nesse lugar e sob qual motivo ou justificativa. Em seguida tomaremos como objeto de análise o projeto Escola sem Partido 249/2019, bem como sua desenvoltura em diversas esferas legislativas do país até a reformulação do projeto que circula em esfera federal. Procuraremos estabelecer o diálogo do projeto com a Constituição Federal de 1988, percorrendo sobre suas propostas para o ensino, mais precisamente no que se refere sobre a postura dos professores e sobre a proposta de neutralidade de ensino.

Nos debruçaremos sobre o nosso objetivo geral em um segundo momento, onde procuraremos adentrar em uma localização das ideologias do projeto, procurando entender a relação do Escola sem Partido com as ideologias das correntes neoconservadoras e neoliberais, atentos a como essas correntes fundamentam os projetos de lei e os impactos direto que esses oferecem a educação, procurando entender qual o objetivo referente ao processo de denigração e antidemocrático exercido sobre a classe

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<https://escolasempartido.org>> Acesso em: 22 de nov. de 2019.

<sup>2</sup> Antes da reformulação no site, nos foi possível capturar uma imagem da página do site que direcionava os internautas para a página específica do projeto de lei. Essa, está disponível na primeira imagem dos anexos

de professores. Esse “ataque” se concentra com maior difusão no site do movimento, daí surge a necessidade de voltarmos o olhar também sobre o espaço que concentra o lugar de produção do discurso. Tendo em vista os proponentes do discurso e a identificação dos moldes educacionais que se deseja estabelecer, entendemos a necessidade de convidar para o debate teórico que tratam especificamente sobre a educação e sobre os direcionamentos da postura docente, tendo em vista a efetivação dos direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988 (CF).

A questão embaçadora que justifica essa pesquisa circunda em desvendar qual o real motivo do ESP para educação, feito isso, no que acarretará a questão da neutralidade dos professores para a educação e a através do resultado, entender a quem buscará beneficiar.

Nesse contexto, procuraremos comprovar através dessa pesquisa que os projetos de lei do ESP representam o modo de imposição das ideologias das correntes em questão, enquanto o site se encarrega de produzir e divulgar esses conteúdos de denigração, em prol do favorecimento e aquisição da opinião pública favorável aos ideais das correntes que movimentam o Escola sem Partido, e logo, procuram o mesmo para os projetos em tramitação nas esferas legislativas. Entendemos que de tal modo, a opinião pública uma vez manipulada pela disseminação de notícias que foram fabricadas pelo site do ESP, e motivada pela falsa sensação de necessidade ao embate a doutrinação que lhe foi apresentada e alimentada pelo ESP, contribuiria para a redução da parcela que se apresenta contra os ideais do projeto, assim, o Escola sem Partido se qualificaria em uma imposição concedida pela esfera democrática. Portanto, entendemos os dois, site e PL’S do movimento como mecanismos complementares que confluem para o alcance do mesmo propósito.

Movidos pela necessidade de entender o modo de organização do Escola sem Partido, procuramos responder as questões de pesquisa que indagam sobre quais interesses ele responde, como se dá a sua organização interna, quem são seus propositores e o que esses desejam para a organização da educação? Estaremos diante um movimento que luta contra um problema real ou diante um movimento que se organiza sobre os pretextos de mecanizar a educação, quais os impactos que esse projeto traz para o desenvolvimento da postura educacional e docente?

Entendemos o ESP como parte de um projeto geral de contenção e imposição de ideologias que circunda nas esferas legislativas. Atentos aos direcionamentos expostos mais adiante, explicaremos como esses direcionamentos se identificam em uma hegemonia neoconservadora. Para isso percorremos em uma breve análise de acontecimentos político-sociais que datam a partir do ano de 2014. Nesse ano, havia projetos nas esferas legislativas que já apresentavam indícios de um caráter de contenção social e imposição de aspectos ideológicos conservadores.

Em 2015, a Comissão Especial para o Estatuto da Família aprovou na Câmara dos Deputados o texto que definia família apenas como a relação entre um homem e uma mulher, o texto é de autoria do Deputado Anderson Ferreira do Partido da República / Pernambuco (PR/PE), junto a essa aprovação a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da mesma casa, aprovou o Projeto de Lei 5069/13, que dificulta o atendimento de mulheres vítimas de agressão sexual, interditando que a agredida receba informações sobre o seu direito legal ao aborto. O projeto é de autoria de Eduardo Cunha, na época presidente da Câmara dos Deputados pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro/ Rio de Janeiro (PMDB/RJ).

Entendemos, assim como Moura (2016) em sua dissertação de mestrado sobre os impactos do Escola sem Partido na sociedade e ensino de história, que os projetos de lei Escola sem Partido em circulação desde o ano de 2014, junto a tantos outros como o referente acima mencionado, são frutos de categorias conservadores que adentraram o campo político e que procuram por meio do projeto impor suas ideologias acima do caráter de laicidade do Estado, convergindo para a construção de um quadro antidemocrático e desrespeitoso aos direitos humanos, e que esses por sua vez, impulsionam cada vez mais esforços em uma disputa pelo controle do âmbito de organização das políticas educacionais.

Os projetos de lei Escola sem Partido procuram direcionar a educação para um campo de exclusão das diversidades e construção de pensamento uniforme, construindo um elemento de contenção da educação e do desenvolvimento humano. Segundo Moura (2016), esses movimentos se organizam em uma conversação de projetos sociais e parlamentares, em um primeiro momento exigem características de contenção e em seguida de imposições de ideais conservadores (nos dedicaremos em explicar o conservadorismo mais adiante), explicando assim as sugestões da reimplementação das disciplinas da Educação Moral e Cívica nos currículos.

Nossa pesquisa se constrói pautada em uma metodologia bibliográfica, que visa a análise do corpus do projeto de lei Escola Sem Partido n° (241/2019) em um diálogo com a CF e que convida para o enriquecimento do que é dito, adotamos como referencial teórico os autores; Paulo Freire (1996) em a Pedagogia da Autonomia, Libâneo (1996) em Adeus Professor, Adeus Professoras: novas exigências educacionais e da profissão docente, e Saviani (1983) em Escola e Democracia: polêmicas do nosso tempo. Nossa pesquisa também engloba artigos científicos, dissertação de mestrado e tese de doutorado, que discutem saberes necessários para a construção de uma educação que obedece ao viés democrático. A escolha dos teóricos mencionados nesse paragrafo se deu pela grande colaboração de cada um para as organizações e direcionamentos das práticas docentes. Procuramos nos apoiar em seus trabalhos para discorrer sobre a confusão intencional que o ESP constrói sobre o ensino e sobre a postura da classe docente, entendemos que há uma necessidade de incluir educadores nos assuntos que tratam sobre a educação.

Procuramos com esse trabalho ajudar a comunidade docente e os alunos de licenciaturas, de modo que esses possam identificar e denunciar em conjunto as verdadeiras premissas do Escola sem Partido que censuram não só a postura dos profissionais educadores, mas também o desenvolvimento do saber crítico. Dessa forma podemos dizer que esse caráter se esconde atrás de um discurso que promete livrar as escolas da doutrinação, e protegê-las com a promessa de uma educação neutra.

Enquanto trabalho de conclusão de um curso de licenciatura, entendemos o papel crucial que cerca os educadores em mostrar à sociedade como se apresenta essa educação neutra e como ela atende os critérios de grupos neoconservadores e neoliberais que movimentam o ESP. Acreditamos que as discussões como essa sobre o projeto, devam se estender para além dos muros das comunidade acadêmica, para que os grupos expostos as propostas do ESP, possam alcançar em visão panorâmica como se dá a organização e o critério ideológico desses projetos.

## **I - Escola sem Partido – Lugar de construção do discurso**

### **I.I - O movimento Escola sem Partido**

O movimento Escola Sem Partido nasceu no ano de 2003, segundo o fundador do movimento o advogado e procurador do Estado de São Paulo Miguel Nagib, em um relato

intitulado de “Caso Sigma” disponível no site do movimento. No mês de setembro desse ano sua filha teria chegado da escola e contou que seu professor de História comparou durante sua aula, Che Guevara a São Francisco de Assis. A analogia teria sido feita por ambos terem aberto mão de tudo por suas ideologias. Che Guevara por sua ideologia política e São Francisco por sua ideologia religiosa. Segundo Nagib (2016), “as pessoas que querem fazer a cabeça das crianças associam as duas coisas e acabam dizendo que Che Guevara é um santo”.

O acontecimento em sala de aula foi apelidado por Nagib de “doutrinação política-ideológica”, pois segundo a concepção do advogado, estaria o professor corrompendo as crianças pela usurpação do direito dos pais dos alunos sobre a educação moral e religiosa de seus filhos. O episódio levou o advogado a escrever uma carta em aberto para o professor de sua filha, impresso 300 cópias e distribuído na escola. O impacto de sua iniciativa não atingiu a repercussão desejada, Nagib transpareceu sua insatisfação com a atitude da gestão da escola e com a falta de apoio dos pais dos alunos no site do movimento, e motivado por esse acontecimento Nagib fundou o movimento Escola sem Partido no ano seguinte.

O advogado fundador do movimento e também seu principal representante, é com frequência convidado para debates sobre o Escola sem Partido, concede várias entrevistas a diversos meios de comunicação e geralmente quando fala sobre o assunto, recorre com frequência ao discurso que dá ênfase a vulnerabilidade dos alunos que estão sob a má conduta dos professores. Em um recorte da entrevista concedida ao site do jornal El País<sup>3</sup>, exposto por Moura (2016, p. 23) em sua dissertação, podemos observar os argumentos que embasam Nagib:

Para Nagib, as falas em sala de aula têm um peso grande, porque os professores são geralmente figuras queridas, vistas como ídolos pelos estudantes e porque os alunos são obrigados a ouvi-lo, ‘não podem sair para tomar um cafezinho quando o professor começa a falar sobre essas coisas’. É justamente por isso, diz, que a lei que seu movimento criou não pode ser acusada de censura, como fazem os opositores, na opinião dele. ‘Não é cerceamento à liberdade de expressão porque o professor não tem direito à liberdade de expressão na sala de aula’, diz ele. ‘Se o professor tivesse, ele sequer seria obrigado a apresentar o conteúdo. A prova que ele não tem liberdade de expressão é que ele tem uma grade curricular obrigatória por lei. Liberdade de expressão é a que a gente exerce no Facebook. Ele não pode agir em sala de aula como ele age no Facebook, afirma. ‘A segunda prova disso é a seguinte: ele pode [na sala de aula] impor aos seus alunos seus pontos de vista. Se exerce a liberdade de expressão em locais onde as pessoas não são

---

<sup>3</sup> Disponível em; <[http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550\\_367696.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html)>. Acesso em: 23 de nov. de 2019.



obrigadas a escutar o outro. Na TV se pode mudar de canal. De um pregador na praça, se pode desviar. Mas o aluno está ali na condição de audiência cativa’, conclui.

O *site* oficial (ESCOLA SEM PARTIDO, 2014-2019) descreve o movimento em “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o nível de contaminação política-ideológica em todos os níveis da educação brasileira”. Segundo o site, as aulas com “pretexto” de transmitir aos alunos uma visão crítica da realidade, são na verdade conduzidas por “um exército de militantes transvestidos de professores que se prevalecem da liberdade acadêmica e da cortina de segredos das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo”. Porém, a única pessoa física relacionada o Movimento Escola sem Partido é o advogado Miguel Nagib e o professor Bráulio Porto, que atua junta a Nagib como “vice coordenador”.

Indagados pela obscuridade em torno da “Associação conjunta de Pais e alunos” fundadores do Escola sem Partido, encontramos-nos diante a necessidade de entender os defensores da ideia de que há doutrinação nas salas de aula brasileiras. Em nossa pesquisa, encontramos o artigo “A ideologia do Escola sem Partido” de Renata Aquino (2016) disponível no site<sup>4</sup> “Liberdade para Ensinar”, que expõe a relação de Nagib com o Instituto Millenium, esse por sua vez direciona as atividades em apoio ao viés ideológico dos grupos liberais no país. Trata-se que além de Nagib, há outro representante jurídico da associação Escola sem Partido, o: Escola sem Partido Treinamento e Aperfeiçoamento Eireli ME. Uma empresa individual de Miguel Nagib que direciona suas atividades para o treinamento gerencial e empresarial que financia o Instituto Millenium.

Procurando adentrar um pouco mais sobre o Instituto mencionado por Aquino (2016), encontramos através da pesquisa da historiadora Katia Gerab Baggio (2016), que investiga a relação dos políticos brasileiros apoiadores do *impeachment* de Dilma Rousseff, com instituições norte-americanas, o envolvimento do Instituto Millenium com o *think thank*<sup>5</sup> Atlas Economic Research Foudation. Segundo Baggio, o Atlas é uma organização com filiais em diversos países, no Brasil, segundo o levantamento feito pela

---

<sup>4</sup> Disponível em <<https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2016/04/24/a-ideologia-do-escola-sem-partido/>> Acesso em: 24 de out. de 2019.

<sup>5</sup> Segundo Bagio (2016), *Think Thank* é em geral um grupo de interesse ou uma instituição que investe em divulgação e propagação de conhecimento com viés político-ideológico definido e ligado a interesses particulares deste grupo, visando transformações na sociedade.

historiadora no ano de 2016, havia onze instituições com parcerias com o Atlas e entre elas estava o Instituto Millenium.

Segundo Aquino (2016), a página oficial do Millenium retirou as publicações de Nagib que estavam dispostos no espaço denominado de “Quem somos nós”, mas não antes da pesquisadora *printar* a tela e disponibilizá-la em sua pesquisa. Antes da reformulação e da retirada das menções a Nagib da página do instituto, Renato Aquino evidencia que o criador do movimento Escola sem Partido também produzia matéria para o Millenium, um de seus textos era intitulado de “Por uma escola que promova os valores do Millenium”. O Instituto nega em nota publicada a revista “*Forum*”, disponibilizada na pesquisa de Aquino (2016) qualquer parceria com Nagib, de modo que as matérias disponibilizadas no site do instituto e assinadas por Nagib, são assinadas pela “Comissão Millenium”. A desvinculação do advogado do Instituto, pode se dar pela justificativa de quebra das relações do Escola sem Partido, assim como de seu criador de atividades envolta de alguma ideologia.

Nagib também está ligado ao momento de criação dos projetos de lei escola sem Partido. Segundo Moura (2016), o Escola sem Partido conquistou ainda mais visibilidade em 2014, quando foram apresentados dois projetos de lei que continham as ideias do ESP, elaborados pelo próprio Miguel Nagib e adaptados por diversos políticos em diversos estados, sendo o primeiro no Estado do Rio de Janeiro, pelo deputado Flávio Bolsonaro, e, o segundo, no Município do Rio de Janeiro, pelo irmão de Flávio, o vereador Carlos Bolsonaro. Esse modelo de anteprojeto de lei foi disponibilizado no site Escola sem Partido ministrado por Nagib, tendo sido tomado como molde por diversos políticos para elaboração de tantos outros projetos similares.

Apesar de pregar que o Escola sem Partido é livre de doutrinas e que possui como maior preocupação a educação brasileira, entendemos a partir dos parágrafos anteriores que, o movimento transfere suas ideologias para seu discurso e para o *corpus dos* projetos. Os métodos e as justificativas não se encontram, a neutralidade defendida publicamente vai contra a ideologia específica de seus propositores. De tal modo, entendemos o Escola sem Partido em um projeto que atende a critérios e a ideologias específicas da corrente neoliberal, procurando promover através da proposta de neutralidade para o campo educacional, mecanismos que atendam suas ideologias de cunho específicos para o preparo e elaboração social.

O ataque aos professores, como veremos a seguir de maneira detalhada, procura criminalizar a postura docente e se faz necessário para o alcance dos objetivos dessa corrente, pois, promovendo a descredibilidade da classe ligada ao processo de ensino, de maneira que se conquiste o silenciamento dessa, promovesse também o apagamento da memória social que historicamente se opõe aos modelos de imposição neoliberal.

A organização do *site* do movimento possui inúmeras seções. Uma delas destinada a tratar especificamente dos instrumentos de doutrinação nas salas de aula; livros didáticos, provas de concursos públicos e etc. O uso do termo doutrinação não recebe uma definição específica ou uma fundamentação que explique qual a percepção que o movimento adota sobre o termo, deixando um espaço para que qualquer atividade que vá de encontro ao trabalho com as diversidades, e corroboram para a educação que qualifica a autonomia do sujeito, ou ainda que, reconhece a necessidade de falar sobre a diversidade cultural, religiosa ou de gêneros, possam ser definidas/confundidas com práticas de doutrinação segundo a lógica do Escola sem Partido.

Outra seção que chama bastante atenção é a que se adianta em refutar a opinião dos alunos contrários as pregações do Escola sem Partido. A seção “Síndrome de Estocolmo”, termo que indica um estado psicológico particular em um indivíduo que foi submetido a longos períodos sob intimidação, até que o sujeito intimidado passa a ter simpatia e até mesmo amor ou amizade pelo seu agressor. Segundo a página;

Vítima de um verdadeiro “sequestro intelectual”, o estudante doutrinado quase sempre desenvolve, em relação ao professor/doutrinador, uma intensa ligação afetiva. Como já se disse a propósito da Síndrome de Estocolmo, dependendo do grau de sua identificação com o sequestrador, a vítima pode negar que o sequestrador esteja errado, admitindo que não há responsáveis por sua situação. De modo análogo, muitos estudantes não só se recusam a admitir que estão sendo manipulados por seus professores, como saem furiosos em sua defesa, quando alguém lhes demonstra o que está acontecendo. (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019)

O Escola sem Partido caracteriza o professor em personagem que sequestra ideias e se torna querido entre os “inocentes”, as vítimas da doutrinação. Os esforços desse discurso se empenha em denigrir a figura que representa a instituição de ensino, a educação escolar, e com isso fortalecer o discurso que traz a responsabilidade da educação para um contexto social privado; a família.

Ainda sobre o site, a seção “Movimento Estudantil” trata sobre os alunos de instituições públicas, dessa vez não como vítimas como foi visto no parágrafo anterior, mas como militantes das ideologias que contribuem para a doutrinação. Segundo o site,

O movimento estudantil é aliado histórico dos promotores da doutrinação política e ideológica nas escolas. Sua "rebeldia juvenil" está a serviço dos partidos de esquerda, que dos bastidores o controlam há décadas, como o operador do brinquedinho ao lado. (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019)

O *site* do movimento recebe grande ênfase nesse primeiro momento do trabalho que trata sobre situar o projeto Escola sem Partido e suas justificativas de luta, pois, partimos da necessidade de entender o ambiente que produz o discurso propulsor. No texto acima destacado, encontramos a figura do aluno que só se apresenta em vítima até determinado ponto do projeto, pergunto-me se o ponto propulsor para denigrir um aluno estaria contido no momento de desvinculação que o aluno, enquanto sujeito, utiliza a educação que recebe a seu favor, tomando decisões de agir sobre seu meio, seja ele social, trabalho ou acadêmico como é visto nos grêmios estudantis. A atividade democrática e de efetivação dos direitos políticos dos alunos são estabelecidos no grêmio, onde esses encontram suas aptidões e naturezas humanas, pois, segundo Aristóteles<sup>6</sup> “o homem é por natureza um animal político”. O ESP encontra uma problemática na representação e no modo de participação dos Grêmios, cuidando de tal modo em denigrir as atividades políticas e democráticas exercidas pelos estudantes, elaborando-os em conceito de risco a sociedade.

São inúmeras seções no site do movimento que trabalham em conjunto para a construção de uma visão caótica do ensino, e que identificam a prática docente como principal estorvo do sistema educacional. O website<sup>7</sup> constrói críticas ao modelo educacional de Paulo Freire, esse educador é referenciado publicamente por Miguel Nagib através termos que atacam as obras que tratam sobre as diligências educacionais e da atuação do professor em sala. Entre as atribuições elaboradas pelo ESP a Freire estão os termos: “pedagogo do PT”, doutrinador ideológico e disseminador do comunismo e marxismo cultural. Ao desqualificar o trabalho de Freire e os direcionamentos de ensino progressista, o movimento indica quatro obras que ficam organizadas em uma área chamada de “Biblioteca Politicamente Incorreta”.

As obras são; O Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil (Narloch, 2012), o Guia Politicamente Incorreto da América Latina (Narloch e Teixeira 2011), O livro Por uma Crítica da Geografia Crítica (Filho, 2013) e o livro Professor Não é

---

<sup>6</sup> ARISTÓTELES. A política. São Paulo: Martins Fontes, 1991. P. 3-5

<sup>7</sup> Anexo 1, disponibiliza algumas imagens que denigrem o educador disponibilizadas no *site*.

Educador (Wurmeister, 2012). Encontramos com grande intensidade menções sobre a última obra, o ato de justificar que um professor não é educador retira o caráter social e educacional da classe, além de anular o dever constitucional da profissão docente.

Os ataques a classe docente são realizados direcionados sobre a pauta da doutrinação da esquerda, essa no discurso do ESP está atrelada ao comunismo. Ou seja, a doutrinação que o movimento usa como justificativa para sua pauta, é atribuída como um problema educacional por divergir da ideologia de direita, logo, diverge da ideologia do neoliberalismo que procura promover a educação em um mecanismo eficiente para atender as demandas do capitalismo. É nesse ponto que surge a necessidade de uma educação neutra, seria melhor dizer neutra de concepções críticas, progressistas ou democráticas, “o termo não difere em referências” (Libâneo, 1996). Iremos nos debruçar de forma minuciosa sobre essa no próximo capítulo, mas podemos dizer que o ataque aos professores, explicado anteriormente, se faz necessário para que se substitua o que se tem por educação progressista/crítica, por uma de modelo técnico, objetivo, dando espaço para uma reordenação conservadora e ao mesmo tempo com grande influência liberal.

Para que essa reordenação se faça possível, os propositores do ESP utilizam a ousada jogada de transformarem suas ideologias em lei. O movimento de contenção que se discute, está localizado em espaço internacional. Veremos como as relações políticas econômicas e conservadoras, apoiam o modelo de “neutralidade” para as escolas.

## **I.II Os projetos de Lei Escola sem Partido**

Em 2011 o Brasil assistiu a grandiosa polêmica em torno do material didático produzido pelo Ministério da Educação, destinado ao trabalho contra a homofobia nas escolas. As cartilhas que visavam o embate do preconceito homoafetivos foi apelidado de forma discriminatória pela mídia de “Kit Gay”. Nesse cenário o Escola sem Partido, segundo (Moura, 2016) adota a ideologia de gênero e passa a utilizá-la como pauta no seu corpo principal, pois até aquele momento a proposta se baseava no embate contra a “doutrinação marxista”. O escola sem partido permaneceu inerte e sem grande expressividade até o ano de 2014, quando projetos de lei com o mesmo nome do movimento passaram a tramitar nas Câmaras de diversas esferas legislativas do país, já

com a pauta de luta contra a disseminação da ideologia de gênero nas escolas. Moura (2016, p. 27) *apud* Miguel (2016, p. 596)

O crescimento da importância do MESP no debate público ocorre quando seu projeto conflui para o de outra vertente da agenda conservadora: o combate à chamada “ideologia de gênero”. Antes, a ideia de uma “Escola Sem Partido” focava sobretudo no temor da “doutrinação marxista”, algo que estava presente desde o período da ditadura militar. O receio da discussão sobre os papéis de gênero cresceu com iniciativas para o combate à homofobia e ao sexismo nas escolas e foi encampado como bandeira prioritária pelos grupos religiosos conservadores. Ao fundi-lo à sua pauta original, o MESP transferiu a discussão para um terreno aparentemente “moral” (em contraposição a “político”) e passou a enquadrá-la nos termos de uma disputa entre escolarização e autoridade da família sobre as crianças.

A proposta do MEC de discutir as relações de gênero nas escolas impactou uma grande rejeição em grupos religiosos conservadores, elegendo em caráter prioritário o barramento desse projeto. O Escola sem Partido ao aderir a causa a sua pauta original, acrescentando em seu corpo o discurso da moralidade conservadora e procurando a dissociação da escola do seu dever educacional, sob os argumentos de que a educação é um direito restrito as famílias, expõe o contrário de sua justificativa, evidenciando de forma qualitativa as ideologias que movem a estruturação do projeto.

É nesse cenário, onde entendemos que há um conflito de disputas pelo controle das políticas educacionais. De um lado se localiza um modo de visão progressista do ensino que procura aproximar o modo de organização educacional aos direcionamentos que efetivam a educação democrática, com vista a emancipação do sujeito. E do outro está o Escola sem Partido, simbolizando um elemento que é fruto de dois grupos ideológicos. Localizando-se na representação da aliança que procura sobrepor as ideologias neoliberais e neoconservadoras no espaço educacional.

Segundo Penna (2016), o primeiro projeto a receber o título Escola sem Partido, nasceu da iniciativa conjunta entre Nagib e o deputado estadual fluminense Flavio Bolsonaro no ano de 2014, de forma que as ideias de Nagib distribuídas por todo o site do movimento e reafirmadas nas proliferações de discurso<sup>8</sup> que tratavam sobre os casos de doutrinação, foram reelaboradas por políticos como Flavio e seu irmão Carlos Bolsonaro em um projeto de lei. Segundo Moura (2016) o texto de Bolsonaro ainda em

---

<sup>8</sup> Discursos de Nagib em defesa dos projetos de lei do ESP: Disponíveis em;

<<https://www.youtube.com/watch?v=cwOKvgI3jjE>>

<<https://www.youtube.com/watch?v=J2v7PA1RNqk&t=2s>> Ambos acessos em 24 de out. de 2019

fase de anteprojeto foi disponibilizado no site do Movimento ministrado por Nagib. A partir disso, vários políticos tomaram o projeto como modelo para a elaboração de tantos outros similares. Em comunhão a isso, o projeto de lei foi rapidamente encaminhado para a Assembleia Legislativa estadual do Rio de Janeiro, enquanto outra versão similar encaminhada para a esfera municipal do Rio.

O projeto dos irmãos Bolsonaro disponível na página oficial da câmara de vereadores do Rio de Janeiro e nos anexos nesse trabalho. Contava no ano de 2014 com a proposta de intermediação da postura dos professores, sugerindo a fixação de um cartaz que continha “os deveres do professor” nos âmbitos de ensino. As propostas para a postura do professor apresentam uma construção confusa quanto aos direcionamentos da classe. Isso pode ser explicado pela mistura de ideologias que movem as raízes do projeto, que por sua vez se distinguem em grandes aspectos, mas que se uniram na composição do ESP com vista a contenção e ao mesmo tempo de imposição de seus dogmas. Esses aspectos são respectivamente identificados no projeto, de forma que; a imposição de uma educação neutra significaria a contenção do pensamento crítico, que discerne e possibilita uma formação emancipadora, enquanto impõe que seus dogmas religiosos e a promoção de seu modelo tradicional familiar.

Segundo um levantamento feito por Fernando Penna e Fernanda Pereira de Moura, defendida em dissertação de Mestrado no ano de 2016, haviam nesse ano cerca de 40 projetos em estágio de tramitação nas esferas municipais, assembleias estaduais e no Congresso Nacional. Neste trabalho, daremos conta de analisar o projeto 246/2019 em tramitação na esfera legislativa federal do respectivo ano de 2019, por acreditarmos que esses representam um encurtamento do plano que se elabora em torno da educação, pois, esse requer que o projeto altera à LDB.

Acreditamos que a proposta a nível federal oferece uma grande escala de risco a todo o contexto educacional do país e por esse motivo nos debruçaremos sobre ela. Mas, antes se fará necessário entender o caminho que proporcionou o avanço do projeto e as características dos seus apoiadores, vista em informações indispensáveis nesse processo para que se entenda a transposição de ideologias específicas para o projeto de lei.

O primeiro projeto intitulado de Escola Sem Partido a circular na esfera federal foi escrito por Erivelton Santana, Deputado pelo Partido Ecológico Nacional da Bahia. O projeto em questão 7.180 de 2014, sugeria alteração da lei 9.394 de 1996 que estabelece

as diretrizes e bases da educação nacional. Segundo o Art. 3º do PL 7.180/14, a LDB receberia o seguinte texto:

[...] respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas.

O projeto 7.180 de 2014 possui vários apêndices de projetos criados após a sua data de apresentação. Todos com traços similares a suas designações de denigração do professor e busca da neutralidade no ensino, foram atribuídos a estrutura original do projeto formando o 7.180/14<sup>9</sup> a partir de uma junção de outros projetos similares. São eles os projetos; 867 de 2015, 1859 de 2015 e 5487 de 2016.

Segundo Penna (2016) o primeiro projeto Escola sem Partido, de autoria do Deputado Bolsonaro do Rio de Janeiro é inspirado no artigo de opinião “Conteúdo imoral na sala de aula” (NAGIB, 2013). O criador do movimento Escola sem Partido falava em seu texto sobre um relato anônimo onde professores teriam abordado o tema sexo de forma inadequada em sala de aula. O tema foi usado como discurso corroborativo do Escola sem Partido, para justificar a luta que trata sobre o direito a educação em detrimento aos direcionamentos escolhidos pela família. O Professor Penna (2016), explica que o texto de autoria de Nagib, haveria saído as ideias centrais para o seguinte argumento do projeto;

XIII – respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas. (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2014)

Segundo o texto de Erivelton, o papel da docência na educação básica deverá se basear em.

Somos da opinião de que a escola, o currículo escolar e o trabalho pedagógico realizado pelos professores em sala de aula não devem entrar no campo das convicções pessoais e valores familiares dos alunos da educação básica. Esses são temas para serem tratados na esfera privada, em que cada família cumpre o papel que a própria Constituição

---

<sup>9</sup> Disponível em;  
<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606489>>  
Acesso em 11 de nov. de 2019.



lhe outorga de participar na educação dos seus membros. (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2014a)

Erivelton Santana hoje deputado estadual da Bahia e também pastor evangélico, integra desde 2016 a Frente Parlamentar Evangélica na Câmara Federal dos Deputados. Em sua biografia disponibilizada no site da Câmara, Erivelton é descrito como o primeiro político a lutar pelo direito das famílias no Congresso, a luta se refere a apresentação que o deputado fez do projeto” Escola sem Partido” na esfera legislativa Federal.

A grande envoltura dos religiosos com o Escola sem Partido reflete a repercussão do discurso que envolve a questão da moralidade familiar acima das políticas educacionais que visam a promoção de igualdade nas instituições de ensino. A família a qual refere-se todo o Escola sem Partido é bem específica e não dá conta das pluralidades que circundam situações reais de relacionamentos.

Os políticos que defendem e propõe os projetos de lei Escola sem Partido possuem ligações com religiões tradicionais brasileiras, vista essa relação pelas comissões que representam nas esferas legislativas disponíveis na biografia dos Deputados na página oficial da câmara. Podemos citar como exemplo, dentre os apoiadores e formuladores dos apensados que constituíram o primeiro projeto de lei Escola sem Partido, o atual componente do Senado Federal Izalci Lucas, autor do projeto 867 de 2015. Segundo sua biografia no site da Câmara dos Deputados, quando escreveu o projeto Izalci ocupava o cargo de Deputado Federal pelo partido PSDB/DF, integrou também no ano de 2016 uma cadeira na Comissão de Educação da Câmara, e outra na Comissão Especial para análise da Medida Provisória de Reforma do Ensino Médio, e constituía o corpo da Frente Parlamentar Evangélica. Atualmente o Deputado integra o Senado Federal com Legislatura eleita no ano de 2018. Iremos tratar um pouco sobre sua contribuição para o Escola sem Partido no período que ocupava o cargo de Deputados Federal.

Izalci é autor do projeto 1859/2015, que procurava adicionar a lei das diretrizes e bases da educação nº 9394/96 o parágrafo; “educação não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará currículo escolar, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo ‘gênero’ ou ‘orientação sexual’. O projeto traz em seu corpo citações a Karl Max e Friedrich Engels entre outros autores, para demonstrar as raízes da “ideologia de gênero”. O projeto de lei diz:

O que verdadeiramente está acontecendo é que o conceito de ‘gênero’ está sendo utilizado para promover uma revolução cultural sexual de orientação neo-marxista com o objetivo de extinguir da textura social a instituição familiar. Na submissão do feminino ao masculino através da família, Marx e Engels enxergaram o protótipo de todos os subsequentes sistemas de poder. Se esta submissão é consequência da biologia, não há nada a que se fazer. Mas se ela é uma construção social, ou um gênero, então, a longo prazo, ela poderá ser modificada até chegar-se a uma completa igualdade onde não haverá mais possibilidade de opressão de gênero, mas também onde não haverá mais famílias, tanto as heterossexuais como demais famílias alternativas. Neste contexto, a educação caberia como uma tarefa exclusiva do Estado, e não existiria mais traços diferenciais entre o masculino e o feminino. Em um mundo de genuína igualdade, segundo esta concepção, todos teriam que ser educados como bissexuais e a masculinidade e a feminilidade deixariam de ser naturais. (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2015)

O projeto 7.180 de 2014<sup>10</sup>, tal como os da esfera municipal do Rio, já apresentava elementos que limitavam a ação pedagógica do professor em sala de aula, como vimos anteriormente vários projetos similares ao Escola sem Partido passaram a tramitar nas esferas legislativas, alguns deles em esferas municipais e estaduais. O estado de Alagoas sancionou em novembro de 2016 uma lei similar ao Escola sem Partido, intitulada de “Escola Livre”.<sup>11</sup>

A Escola Livre determinava em seu primeiro artigo a proibição de qualquer menção sobre ideologia, política ou religião, determinando que o embasamento da lei se dava a partir de;

- I – neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado;
- II – pluralismo de ideias no âmbito acadêmico;
- III – liberdade de aprender, como projeção específica, no campo da educação, da liberdade de consciência;
- IV – liberdade de crença;
- V – reconhecimento da vulnerabilidade do educando como parte mais fraca na relação de aprendizado;
- VI – educação e informação do estudante quanto aos direitos compreendidos em sua liberdade de consciência e de crença;
- VII – direito dos pais a que seus filhos menores recebam a educação moral livre de doutrinação política, religiosa ou ideológica;

---

<sup>10</sup> Disponível em:

<[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1661955&filename=VTS+1+PL718014+%3D%3E+PL+7180/2014](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1661955&filename=VTS+1+PL718014+%3D%3E+PL+7180/2014)> Acesso em: 14 de nov. de 2019.

<sup>11</sup> Disponível em: <<https://www.al.al.leg.br/comunicacao/noticias/aprovado-projeto-que-institui-o-programa-escola-livre>> Acesso em: 10 de nov. de 2019.

O Escola Livre é um modelo similar do Escola sem Partido, conserva sua estrutura e apresenta caráter de inconstitucionalidade e deturpação dos direitos humanos, além de grandes contradições em seus incisos, pois, imaginemos como uma atividade docente pode obedecer ao mesmo tempo, critérios que se referem a posicionamento neutro sob questões necessárias do desenvolvimento humano que requerem a exposição do pensamento, do diálogo, da construção a indagações, enfim, da exposição da liberdade de ensinar e aprender, e ao mesmo tempo assegurar a fluência do pluralismo de ideias. Os moldes de construção do projeto são no mínimo confusos.

Considerando a inibição do livre debate e a garantia de preservação dos direitos da família, que deveriam tratar o plural; “os direitos das famílias”, se torna uma atividade inconcebível diante as exigências e imposições do projeto. A confusão do projeto procura estabelecer um mecanismo que desacredite as práticas docentes, no intuito de que essa atividade promova na opinião pública a necessidade de ascensão do projeto. Silva (1999), explica que de forma estratégica, o projeto neoliberal visa conquistar a hegemonia. No que se refere ao ESP, entendemos a busca inicial pela hegemonia do pensamento, através dos meios de comunicação em massa. Nesse quadro, os sites de internet entram como grandes aliados na divulgação de elementos que procuram denigrir a classe docente.

A atividade docente tem sua postura denigrada por termos que cuidam em figurar o professor em um inimigo, deturpador de direitos fundamentais dos alunos e do direito dos pais sobre a educação moral e religiosa dos filhos. A análise da lei Escola Livre similar, oriunda do projeto Escola sem Partido, nos revela o posicionamento ideológico de seus apoiadores que pregam sobre a necessidade de impor neutralidade no âmbito escolar.

O texto da justificativa da lei, compreende o projeto como medida necessária para o combate da doutrinação nas escolas. Segundo o texto, professores se aproveitam de suas aulas para persuadirem os alunos a determinadas correntes políticas e a comportamentos sexuais que são contrários a opinião das famílias. O texto elaborado em 2016, pela Assembleia Legislativa de AL, diz que;

[...] diante dessa realidade, conhecida por experiência direta de todos os que passaram pelo sistema de ensino nos últimos 20 ou 30 anos, entendemos que é necessário e urgente adotar medidas eficazes para prevenir a prática da doutrinação política e ideológica nas escolas, e a usurpação do direito de que seus filhos menores recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

O texto acima, utilizado para justificar a limitação das práticas docentes coincide com a época em que o Brasil acabava de sair do período de vigência do regime militar. Com isso, podemos entender que o modelo de educação e sociedade idealizados pelos movimentadores do projeto, se iguala aos que eram impostos a 30 anos atrás. O estado de vigência democrática reconheceu as diversidades integrantes desse país, deu um lar as identidades não-hegemônicas e com isso efetivou a pluralidade de ideias, provocando o que entendemos pelo texto do ESP de Alagoas, como uma contrariedade as forças conservadoras que promovem esse projeto.

O texto do Escola Livre foi aprovado em primeiro turno na assembleia legislativa do Estado de Alagoas no ano de 2016, sofrendo suspensão liminar no ano seguinte pelo Ministro do STF, Luís Roberto Barroso. A decisão de suspensão foi tomada após o Ex Ministro da Educação <sup>12</sup>encaminhar uma nota atentando a inconstitucionalidade da lei a Advocacia Geral da União. Porém, a suspensão livre possuía caráter provisória, e aguarda até o atual ano de 2019 pelo julgamento da lei alagoana.

O Escola Livre de Alagoas não foi o único projeto oriundo do Escola sem Partido que obteve aprovação em esfera legislativa, no segundo semestre de 2019 Belo Horizonte também aprovou o projeto Escola sem Partido, enquanto o projeto que circula em esfera federal aguarda por uma Comissão. Isso nos atenta para a necessidade de promover debates que discutam a formação de um projeto como esse, assim como os seus impactos para a organização escola e o modo de pensar a sociedade e as relações humanas que o projeto procura desempenhar.

Nosso caminho se destinará a compreender o corpo do atual projeto em tramitação da esfera federal do Escola sem Partido. Portanto, precisamos entender como o texto se tornou **a** PL que circula na Câmara.

### **I.III – O trajeto do projeto de lei N° 7.180/2014**

---

<sup>12</sup> Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/222-noticias/537011943/36111-mec-justificacao-contra-lei-que-impede-opiniao-em-alagoas>> Acesso em: 23 de nov. de 2019

Diante as justificativas dos projetos Escola sem Partido e as relações que possibilitaram as formações de projetos similares, verificamos que os projetos aqui analisados possuem exatamente o mesmo discurso de imposição a neutralidade docente, exclusão das diversidades e do caráter educacional da escola. A exemplo disso expomos o projeto Escola Livre do estado de Alagoas, que por sua vez transpõe todos os artigos do Escola sem Partido, proposto no estado do Rio de Janeiro. Em esfera Municipal, vimos que o Escola sem Partido 274/2017<sup>13</sup>, aprovado em primeiro na câmara de Belo Horizonte – MG, disponível nos anexos, também transpões os artigos e incisos que cuidam da referenciarão de uma educação neutra

Os projetos das esferas legislativas estaduais e municipais mencionados nesse projeto possuem o mesmo texto do projeto que tramita em âmbito federal, nos levando a refletir sobre a singularidade de ideias que permeia em diversas esferas do território nacional, e visam a construção de um pensamento hegemônico. O que tem nos causa espanto é que quanto mais se discute sobre os riscos que esses projetos apresentam ao contexto educacional, agindo sob a tomada de exclusão dos educadores nos debate sobre educação, negligenciando a experiência dos que vivem no cotidiano a pratica da docência e a rotina educacional, mais esses projetos avançam nas esferas legislativas do país.

No entanto, ao mesmo tempo que essa postura nos causa espanto, ela nos possibilita a compreensão dos objetivos dos projetos Escola sem Partido, de forma mais específica, o que os propositores do Escola sem partido pretendem com projetos dessa natureza. A exclusão da opinião dos docentes da sala de aula promove também o silenciamento das minorias e interrompe o processo de democratização do ensino. Veremos no segundo capítulo como essa organização revela as ideologias ocultas no ESP.

Após árduas discussões entre críticos e apoiadores do PL 7180/2014, a comissão especial da Câmara dos Deputados, responsável por analisar a proposta precisou determinar o arquivamento do projeto no fim de novembro de 2018, justificado a necessidade pela legislatura que chegava ao fim daquele ano. Os trabalhos da Comissão

---

<sup>13</sup> Disponível em:

<[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1661955&filename=VTS+1+PL718014+%3D%3E+PL+7180/2014](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1661955&filename=VTS+1+PL718014+%3D%3E+PL+7180/2014)> Acesso em; 14 de nov. de 2019.

Especial daquela casa encerraram os trabalhos sem a submissão do projeto as votações que determinaria seu futuro.

No entanto, o ato de arquivar o projeto não sancionou um fim da tramitação do Escola sem Partido. Com o início da nova legislatura em 2019 um “novo” projeto foi protocolado pelas mãos da Deputada Bia Kicis, até o momento de conclusão dessa pesquisa o projeto aguardava a formação de uma comissão para as discussões de suas propostas. O projeto que voltou a circular na esfera federal é agora o PL 246/2019<sup>14</sup>, disponível no site oficial da câmara dos Deputados. Daqui em diante iremos discorrer sobre a atual proposta, pontuando de forma crítica e sob a luz da Constituição Federal de 1988, os incisos que determinam neutralidade para as aulas de escolas públicas do nível básico ao superior.

O texto de 2019 mantém o discurso de neutralidade para os professores. Em prol do combate “aos níveis de contaminação político-ideológica”, é mantido a exigência que determina a fixação de um cartaz com designações sobre “os deveres do professor” nos âmbitos escolares. Entre as mudanças que o projeto recebeu, encontrasse uma autorização para que alunos gravem as aulas de seus professores, com a justificativa de que o conteúdo da aula deve ser disponibilizado para promover melhor desempenho dos alunos, viabilizando de tal maneira, o direito dos pais ou responsáveis em ter acesso ao conteúdo pedagógico fornecido pela escola.

O caráter da liminar proposta para viabilizar a gravação das aulas, tratasse de uma intimidação a classe docente que se atente em fugir dos padrões de neutralidade, uma espécie de estratégia do projeto para flagrar “doutrinadores”, ou o que o ESP acredita que seja. Segundo Bia Kicis as gravações manterão os alunos seguros contra a doutrinação que ocorre nas salas de aula.

A nova redação do projeto também procura inibir o direito à liberdade de expressão dos alunos, tirando da escola o seu caráter democrático que possibilita a inclusão do sujeito na integralização das atividades estudantis. Em contrapartida ao pensamento do Escola sem Partido, e em diálogo com Dalberio (2019, p.107)

---

<sup>14</sup> Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190752>> Acesso em: 22 de nov. de 2019.

Neoliberalismo, políticas educacionais e a gestão democrática na escola pública de qualidade. A autora reforça que;

O modelo de educação dentro de uma perspectiva democrática, antidiscriminatória, pela qual se vivencia uma gestão participativa, comprometida com a construção de uma escola pública popular de qualidade, busca formar alunos livres e conscientes e que conseguem fazer uma aproximação crítica entre a escola e a vida [...].

A educação pública ministrada em contexto democrático visa a preparação do sujeito para a autonomia, comprometida com a construção de um indivíduo emancipatório, capaz de atuar sobre e para com a sociedade. Portanto, entendemos, bem como diz a constituição, que todo e qualquer indivíduo tem direito a escolha de participação em atividades de manifestações públicas, enquanto a escola, conferida pelo seu modo de inserção dos alunos nas atividades de socialização, deve orientá-los e informá-los sobre essas atividades.

Outra alteração bem significativa do projeto, e que passa a distingui-la de projetos como o Escola Livre de Alagoas e o Escola sem Partido de Belo Horizonte, é a retirada da obrigatoriedade no caráter de cumprimento da lei na educação privada. Caso obtenha aprovação, a lei se valerá apenas para o ensino público, na proposta anterior o objetivo era adicioná-la as diretrizes e bases da educação, tornando-se obrigatória em todo âmbito educacional do país. Em uma tentativa de justificativa, a Deputada Bia Kicis pronunciou na Câmara dos Deputados:

“Nota-se que o projeto não deixa de atender à especificidade das instituições confessionais e particulares cujas práticas educativas sejam orientadas por concepções, princípios e valores morais” (Câmara dos Deputados, 2019)

O novo projeto retira as menções sobre a ideologia de gênero utilizado na antiga proposta. Mas declara que; “qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero não serão toleradas”.

O novo texto conta com reformulações que o tornam ainda mais rigoroso, a características de contenção se tornam ainda mais visíveis, pois além de incriminar essa atividade e associá-la a atividades partidárias como fazia antes, o projeto cuida em proibir as manifestações dos grêmios estudantis. O texto que recebeu algumas alterações continua sem uma justificativa plausível, que o torne necessário para a educação. A ideologia de gênero corriqueiramente utilizada como bandeira da luta do ESP, oriunda de

um entendimento equivocado e preconceituoso de um programa que pretendia conscientizar alunos sobre a homofobia, se configura em uma pauta de luta discriminadora do ESP.

Os relatos sobre doutrinação disponibilizados na página do Movimento Escola sem Partido, somam pouco mais de 30 declarações e são usados como elementos palpáveis para a justificação da implementação da lei. Esses relatos são tomados como verdade absoluta e reflexo do cenário educacional brasileiro, feito sem nenhum estudo quantitativo ou qualitativo que comprove a bandeira de afirmação do ESP. Todo o trabalho dos adeptos ao Escola sem Partido é fundamentado em torno das correntes ideológicas de seus propositores, que visam demasiadamente promover o projeto.

O PL 246/2019 fere a laicidade do estado, deturpa a Constituição Federal de 1988 e a Convenção Americana dos Direitos Humanos, que assegura a importância do respeito a diversidade religiosa e o debate sobre gênero e sexualidade nas escolas, para que de tal maneira, as diferenças não encontrem espaço para se transformar em desigualdades. Os pilares do Escola sem Partido, ao contrário do que assegura o nome, foram construídos por moldes conservadores e neoliberais, que procuram promover a necessidade de uma educação neutra, que se construa diante a exclusão da opinião de alunos e professores. O que se apresenta no projeto, é que quando propõe a se construção de uma educação neutra, que não aborda ideologias, se abre espaço para que uma se abre espaço para uma ideologia que se sobreponha sobre todas.

Os incisos citados abaixo pertencem ao artigo 1º da PL 241/2019. Nele podemos observar como é construído uma deturpação do direito à liberdade de ensinar e aprender, assegurados na Constituição Federal de 1988 e pela lei das diretrizes bases da educação de 1996:

II – neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado;

III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber

Entendemos que a disposição dos incisos se confunde e não atende, assim como todo projeto, as necessidades educacionais, além de engessar as práticas pedagógicas. Uma vez que professor e aluno são impedidos de opinar, conseqüentemente anulando o direito à liberdade de aprender e ensinar, pois, estão sob obrigatoriedade de postura



neutra, o seu direito à cidadania também está sendo violado. A funcionalidade da escola em promover autonomia e capacitação do sujeito para agir nas diversas situações, dos diversos contextos das esferas sociais são deixados de lado, para que se imponha uma postura que não permite pluralidade.

O Art.4º que trata sobre as disposições do professor no exercício da profissão, determina que a docência deve:

V – Respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções;

VI – não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou de terceiros, dentro da sala de aula.

Os incisos destacados acima tratam sobre questões que são corriqueiramente tratadas pela Escola Sem Partido, mas perceptivelmente não foram compreendidas. A contradição do projeto em seu quinto inciso trata sobre o dever do professor em fornecer ao aluno educação religiosa sob as convicções de sua família, mas indaga-se, de que modo poderia o professor realizar tal atividade quando o Estado ao qual se refere o plano educacional é laico? E de que modo poderá o professor mediar uma discussão em sala de aula, assegurando os direitos de cada um dos alunos quando surgir um conflito entre convicções religiosas, éticas ou raciais, quando sua postura obrigatoriamente deve ser neutra?

A Constituição Federal assegura o direito à liberdade, a pluralidade de ideias, o direito de ensinar e aprender, mas exercendo limitações sobre eles, nenhum direito se sobrepõe a outro, nenhum direito é absoluto. Um professor não pode coagir um aluno a abandonar sua crença, pois estes estão assegurados pelo seu direito a intimidade, ninguém pode ser forçado a abandonar algo que faz parte do seu eu constitutivo. Assim como o aluno não pode recusar participar de uma aula que trata de uma religião ou raça que não é a sua, ou deixar o professor de tratar sobre alguma delas, dado a existência de um grupo que não concorda. O debate sobre diversidades na sala de aula é o caminho para o trabalho que desempenha respeito as diferenças e conscientização sobre a cidadania. As propostas do movimento propõem o apagamento das identidades não hegemônicas, subvertendo um direito assegura constitucionalmente. Uma vez que o projeto de lei escola sem partido sugere:

Art. 2º O Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero. (Art. 2º, PL 241/2019)

O Art. 2 do ESP procura alterar à Constituição Federal, que por sua vez diz;

"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". (Art. 5º, Constituição Federal de 1988)

O movimento deturpa intencionalmente o artigo 5º da Constituição que qualifica a educação em um dever compartilhado, que além da esfera familiar também diz respeito ao Estado. Esse, que por sua vez tem o dever de englobar a discussão sobre diversidades nas instituições de ensino, uma vez que não falar sobre elas proporciona um quadro social que não difere diferenças de desigualdades. Uma educação que não promove a conscientização sobre o contexto das pluralidades existentes em sua sociedade, sejam elas de ideias, raça ou sexualidade, constrói uma exclusão do indivíduo de sua cidadania, ferindo seu direito de pleno desenvolvimento e seu preparo para o convívio em sociedade.

Uma vez já mencionando neste trabalho, fazendo-se necessário lembrar que “os níveis de contaminação ideológica nas escolas”, existe apenas na esfera de “convicção” dos apoiadores do projeto. O direito democrático dos pais sobre a educação de seus filhos é transformado em um pretexto de persuasão para convencer e atrair mais adeptos a causa, através de um discurso que causa medo e repúdio na sociedade, eliminando o dever educacional do Estado.

O discurso do ESP, apesar de parecer, não é infundamentado. Discorreremos até agora sobre sua formação, a relação de seu nascimento e da identificação de seus propositores com correntes conservadoras e neoliberais. De agora em diante nos debruçaremos em explicar como identificamos essas correntes nas linhas dos projetos, nos preocupando em identificar qual o modelo educacional que se busca e quais os planos que se tem com o seu desempenho.

## **II – A aliança neoconservadora com o neoliberalismo; a educação que se propõe**

### **II.I A ideologia do Escola sem Partido**

As disposições feitas até agora foram necessárias para entendermos a composição do ESP. Partiremos da localização do ESP, como parte de um quadro mundial de reordenamento social, onde a aliança das ideologias neoconservadoras e neoliberais lideram as percepções de mundo sob um modo de organização capitalista. Silva (1994), explica que a hegemonia que se procura alcançar no Brasil com a alianças dessas duas correntes, segue em uma tentativa semelhante e atrasada, um processo que se inaugurou em países centrais como os EUA e a Inglaterra nos governos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher.

Com vista esse referencial, localizamos as estratégias do ESP tal como as estratégias elaboradas por esse sistema; a construção política como manipulação do afeto e do sentimento; a transformação do espaço de discussão política em estratégias de convencimento publicitário, e em seguimento a esse e outros desempenhos neoliberais, a cidadania passa por uma reelaboração pela qual o agente político se transforma em agente econômico e o cidadão em consumidor. Logo, para que se consiga atingir esses moldes, a educação e posta em disputa, pois essa tem o poder de possibilitar o processo de engessamento que os projetos requerem com suas propostas de neutralidade. O discurso do ESP reproduz com eficiência os moldes neoliberais, com convicção aos aspectos morais em vista a redução do Estado para atuação mínima. A luta pelo direito exclusivo dos pais sobre a educação dos filhos, elaborado como discurso do projeto de lei do ESP já integrou discursos de grades políticos guiados pelo desejo de sociedades hegemônicas. Margaret Thatcher <sup>15</sup>(1987), dizia; “Não existe sociedade. Existem mulheres, existem homens e existem famílias”.

A corrente neoliberalista teve inicialmente dois grandes idealizadores; Friedrich August Von Hayek e Milton Friedman. Esses autores contribuíram significativamente com as bases do neoliberalismo com a publicação das obras; Capitalismo e Liberdade (1962) e o Caminho da Servidão (1944). Segundo Júlia Chite (2018), essas obras influenciaram o pensamento neoliberal na Americana do Norte após o fim da Segunda Guerra, alcançando maior difusão a partir da década de 70 com o marco da crise

---

<sup>15</sup> Disponível em: <<https://michaelllange.com/2015/11/14/margaret-thatcher-a-sociedade-nao-existe-reflexao/>> Acesso em 22 de out. de 2019.

econômica do Petróleo. Segundo Moll (2016), é o marco dessa crise que reaviva o desejo do liberalismo clássico, mas em novas vestes e de maneira pragmática, pondo o livre mercado como solução para a crise econômica que assolava os EUA.

Para esses neoliberais os gastos do governo com o público teriam ocasionado despesas e prejuízos a produtividade. Porém, o Estado mínimo neoliberal não remete a ausência de Estado, pois esse não pode abandonar o uso legítimo da força para garantir o direito à propriedade. Assim, o dever do Estado se mantém em seu comprometimento direto apenas com a realocação de renda, e das delegações para as esferas privadas a ação de organizar e administrar programas de treinamento e qualificação social segundo modelos específicos. Isso implicara na redução do papel do Estado na retirada de responsabilidades das políticas sociais, privatizando diversos setores da esfera pública e diminuindo os direitos da população, de modo que, essa atuação mínima implicaria de forma positiva para as margens de lucros das empresas. Na proposta neoliberal, as reduções de gastos com a saúde, educação, fundos de pensão e assistencialismo, asseguraria a redução de impostos sobre os lucros das empresas, o que acarretaria impacto direto na desigualdade social.

Em diálogo com a proposta do ESP, identificamos esse aspecto desempenhado nos argumentos que visam tornar a educação um dever/ direito exclusivo a esfera familiar. Na ideologia neoliberal, o Estado que é contemplado em critérios de ineficiência deve ceder espaço para o setor privado, que por sua vez possui eficiência e opera com a “qualidade total”. Mas para que isso aconteça é necessário que se tenha um “Estado forte”, onde se tem a liberação de aparato estatal que assegure as relações predominantes do crescimento do mercado. Harvey (2008, p. 12) em *O neoliberalismo: história e implicações*, diz que;

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados.

O modo organizacional do pensamento neoliberal foi estabelecido nas sociedades capitalistas em oposição ao modelo comunista, sob o viés de que uma sociedade só se faz

democrática quando está organizada sobre o modo econômico capitalista. Para entender como neoliberalismo se organiza no Brasil e as estratégias dessa corrente para o plano educacional, é necessário entender a sua relação com o neoconservadorismo.

Atrelado aos direcionamentos econômicos da sociedade norte-americana nos anos 70, está o neoconservadorismo que atravessou décadas em amadurecimento de suas ideologias políticas da sociedade, procurando a efetivação de um elemento hegemônico social. Segundo Botelho e Ferreira (2010) *apud* Moura (2016)

Não deve ser confundido com tradicionalismo. Esse último se apresenta como uma característica psicológica universal, comum a todos os homens em todas as épocas, de apego quase instintivo a modos de vida antigos, em geral como reação defensiva a tendências reformistas. O conservadorismo, por sua vez, é uma estrutura mental objetiva, dinâmica e condicionada historicamente. Estrutura objetiva, pois se trata de um modo de pensar e agir que de alguma forma transcende a subjetividade individual, por ser função do desenvolvimento da sociedade. Diferentemente do tradicionalismo, quase exclusivamente reativo, o conservadorismo moderno é coerente e reflexivo, pois surge como movimento consciente de oposição ao movimento “progressista”, ou ao pensamento liberal-burguês. Por isso, diz Mannheim, em última instância o conservadorismo é o tradicionalismo tornado consciente. (BOTELHO e FERREIRA, 2010, p. 11)

Eric Hobsbawn, em *A Era das Revoluções 1789-1846* (2006) *apud* Souza (2017), apresenta o conservadorismo como uma ideologia de crise, pois, faz fortes ofensivas ideológicas e políticas em momentos de instabilidades que podem ser desencadeadas por diferentes processos. Portanto, diante momentos de altas crises, sejam elas econômicas ou políticas, ou até mesmo quando classes dominantes se encontram ameaçadas, ou quando todas as crises anteriormente citadas coexistem em único momento, o conservadorismo avança de forma ideológica e política, pois a especificidade de sua estrutura objetiva se sobrepõe com mais veracidade sobre as contradições e descrenças eminentes em um período de crise.

Segundo Roberto Moll (2016) em “Diferenças entre neoliberalismo e neoconservadorismo”. A década de 70 nos EUA também foi um marco para os conservadores. O momento de crise do país, junto ao momento de oposição ao comunismo permitiu que se formasse uma nova geração de conservadores. Os novos neoconservadores nasceram embasados em uma mescla de ideias do liberalismo clássico com uma junção de ideário social, pautado nos moldes de moralidade. Os neoconservadores dividiam com os neoliberais os mesmos pressupostos de que a atuação do governo gerava inflação e improdutividade, exercendo uma baixa nos trabalhos e na criatividade.

Ainda segundo a corrente neoconservadora, as atuações do Estado em políticas sociais teriam elevado padrões igualitarismo pervertido, e de tal modo usurpou o lugar da família e da igreja. Ou seja, os programas que promovem apoio social levariam o Estado a um patamar de igualdade pervertida, onde o lugar da família, da igreja e da comunidade eram depreciados pelo próprio estado, que por suas medidas de promoção de igualdade estaria influenciando uma geração desprendida do moralismo religioso, que enfraquecia a segurança e o desenvolvimento do país.

Para tratar da relação das duas correntes, Moll (2015) explica que apesar de divergirem em termos ideológicos, o neoliberalismo e o neoconservadorismo dialogam;

Em comum, essas concepções defendem uma ação mínima do Estado, com a redução dos gastos públicos, o fim das regulamentações à atividade econômica, a alta taxa de juros e os impostos regressivos. No entanto, ainda que partilhem de ideias comuns, apresentam suas propostas de maneira diferente. Enquanto o neoconservadorismo justifica a ação mínima do Estado a partir de um arcabouço moral, o neoliberalismo legitima o estado mínimo a partir de pressupostos racionais e pragmáticos. Além disso, divergem quanto à ampliação dos direitos civis, as liberdades individuais e a condução da política externa

As junções das duas correntes, apesar do seu trato divergente em alguns pontos ideológicos, confluem para uma conjuntura de defesa e atuação política que visa um posicionamento de classe dominante no modo de produção capitalista. Assim inimigos em comum a esses interesses são apontados com maior intensidade, passando a atrelar seus interesses no campo da política, utilizando os meios de comunicação social como aliado no quesito de divulgação e manutenção de sua ideologia hegemônica.

o neoconservadorismo partia do mesmo princípio dos neoliberais, acreditando que a interferência do governo na economia e os programas sociais geravam inflação, endividamento, prejuízos à produtividade e, mais do que isso, desestimulavam o trabalho e a inovação. Portanto afetavam a produtividade e enfraqueciam o país. Acima de tudo, o Estado teria passado a perseguir um igualitarismo pervertido e abstrato e para isso usurpou o lugar da família, da igreja e da comunidade, enfraquecendo esses laços, supostamente, naturais. Como consequência, os jovens passaram a valorizar a leniência, a dependência, o consumo de drogas, a pornografia e o sexo. Isso teria aumentado a criminalidade e enfraquecido os Estados Unidos. Desse modo, os problemas morais derivavam do Estado totalizante (liberal ou comunista). Por isso, além de medidas econômicas, seria necessário reforçar os valores clássicos ocidentais para prover a base normativa para os Estados democráticos, liderados por homens capazes e ilibados.

Em leitura com a contemporaneidade e sobre a localização brasileira nesse quadro relações neoconservadoras e neoliberais, podemos voltar aos governos de Collor e Fernando Henrique Cardoso, onde o neoliberalismo garantiu que as políticas públicas deixariam de ser uma responsabilidade do Estado, reduzindo essas para um instrumento de elo político. Quanto aos conservadores, houve um aumento significativo dos grupos

religiosos nas esferas legislativas, dando origem ao que se passou chamar de bancada BBB (Boi, Bala e Bíblia), e que agora com a chegada de um novo governo de direita a liderança política do país, segundo Luís Guadalupe (2018), passou a ser BBBB (Boi, Bala, Bíblia e Bolsonaro). Moll (2016) explica que as ideias neoliberais/neoconservadoras alcançaram nos últimos anos maior visibilidade através dos meios de divulgação pelas mídias, sobretudo nos meios de comunicação que tornaram visíveis o traço dessas correntes na direita política.

A junção do neoconservadorismo como neoliberalismo no Brasil apresenta nessa década a confluência desses grupos, que tem o Escola sem Partido como parte de um projeto dessas correntes para o campo educacional, que por sua vez, procuram através do projeto viabilizar um canal de controle no processo de formação escolar do sujeito.

No primeiro momento dessa pesquisa vimos que o crescimento e a visibilidade do Escola sem Partido se deram, graças as implementações e reajustes na pauta base do programa, reelaboradas conforme os direcionamentos que atendiam a ideologia da corrente conservadora brasileira. O apoio ao projeto que se autodenomina neutro a respeito de qualquer ideologia circundante ao campo educacional, se dá entre os grupos simpatizantes a corrente política da direita conservadora do país, que por sua vez atrela no projeto seus interesses de imposição e contenção social oriundos do neoconservadorismo/neoliberalismo.

Chegamos a esse ponto após discorrer sobre as proposições utilizados pelo programa para difusão de sua pauta entre apoiadores e sociedade. Vimos anteriormente como foi feita a adesão da luta contra a ideologia de gênero na pauta do Escola sem Partido, e que o embate contra o marxismo cultural e comunismo são temas que permeiam o discurso da direita conservadora desde os anos de regime militar no Brasil.

Os políticos que defendem e propõem os projetos de lei Escola sem Partido possuem ligações com religiões tradicionais brasileira, vista essa relação pelas comissões que representam nas esferas legislativas disponíveis na biografia dos Deputados na página oficial da Câmara.

Os fatos deturpados da sociedade na visão dos propositores do ESP é um flagrante a explícita exclusão das diversidades, uma vez que o discurso dos propositores é carregado de ideologias procurando consolidar que apesar da existência das diversidades da sociedade contemporânea, a escola não deverá tratar sobre elas.

Como vimos, família no entendimento dos propositores do Escola sem Partido é consolidada segundo o modelo de família idealizada pela corrente conservadora, constituída pelas figuras do pai e mãe e filhos. Atentar para a concordância com o quadro real da sociedade, onde família tal como fruto das relações humanas, representa as reelaborações e o caráter dinâmico dos indivíduos, vai contra o determinismo dos grupos conservadores que estão por trás do ESP. O suposto caráter de neutralidade do projeto não se solidifica quando se atenta para a posição de seus propositores, uma vez que a proibição das menções a gênero, a exposição do pensamento e a proibição dos indivíduos em atos públicos, é uma transposição da ideologia neoliberal/neoconservadora que procura promover um quadro hegemônico.

Os parâmetros sugeridos pelo Escola sem Partido, as acusações elaboradas a partir de um discurso de moralidade, próprio ao neoconservadorismo e ao neoliberalismo exclui toda e qualquer forma de interação e construção das práticas educacionais democráticas. Entendemos a educação democrática/progressista/critica necessária a todo e qualquer indivíduo, pois diante essa tendência educacional, o sujeito uma vez inserido no contexto escolar poderá lidar ao longo de sua vida com situações que exigem e que vão além do contexto familiar, podendo estar atento as mudanças da sociedade, implicando nas diferenciações das relações, sejam elas pessoais ou profissionais.

Trabalhar com as diversidades na escola é necessário para que se alcance o desenvolvimento integral do sujeito. Deve-se ficar atento a um projeto que procura silenciar essas práticas, pois essas corroboram para um projeto maior que procura impor no campo educacional as ideologias de correntes que procuram promover a concorrência, através de uma especificação do ensino que torna o campo educacional objetivo para com as necessidades da indústria. A educação é elaborada no discurso do ESP como elemento para produção de mão obra qualificada.

A comunhão do discurso dos propositores do ESP com site do movimento, visto aqui como fonte de divulgação dos ideais do projeto de lei neoliberal/neoconservador, exerce uma influência sobre a sociedade e acaba promovendo uma confluência sobre a opinião pública, que toma a denigração das atividades docentes em uma verdade absoluta. O ESP propõe um projeto que reduz a atuação do Estado no desencadeamento educacional quando sugere que o dever e o direito da educação são restritos aos pais, mas mantém o seu poder regulador quando exige uma educação neutra, garantindo a sua força e o direito da propriedade.



Atrelado ao crescimento do ESP estava os avanços de políticos ligados as correntes conservadoras. Entre eles queremos destacar Jair Bolsonaro, presidente da República eleito nas eleições de 2018 afiliado ao Partido Social Liberal/RJ. Como vimos, Fabio e Carlos Bolsonaro foram pioneiros na apresentação dos projetos do ESP, e na contribuição para difusão do projeto nas esferas legislativas do estado do Rio de Janeiro, ambos propositores são filhos do atual presidente Jair Bolsonaro.

A campanha eleitoral de Bolsonaro, cuja postura se aproxima da idealização neoconservadora através de discursos que permeiam austeridade e ajuste fiscal, permeando um fundamentalismo religioso, adotou o Escola sem Partido a sua pauta, conseguindo com ele a difusão e o apoio da população Evangélica. Segundo o educador e sociólogo peruano José Luís Pérez Guadalupe (2018), em uma entrevista <sup>16</sup>ao canal jornalístico DW Brasil para divulgação de seu trabalho que aborda a localização do poder político dos evangélicos no Brasil, os grupos religiosos buscam interesses na política que não visam o bem comum, mas sim o favorecimento dos interesses morais do próprio grupo, desse modo entram a luta contra a ideologia de gênero, a criminalização do aborto e o casamento de casais homoafetivos.

Luís Guadalupe explica que o Brasil é o maior país da América Latina com maior avanço de evangélicos na política, esses se dividem em opiniões que diferem em alguns aspectos, mas quando se trata dos valores morais mencionados acima, ocorre uma junção da representatividade das bancadas evangélicas nas esferas legislativas com a bancada catolicista. Com o escândalo em torno da crise de corrupção do Partido dos Trabalhadores que representava a liderança política do país, e dos movimentos de *fake News* em torno do “kit gay”, os grupos da corrente neoconservadora no Brasil, encontraram no discurso de campanha de Bolsonaro, a porta de entrada para uma aliança que resolveria os emblemas desse grupo, segundo a lógica da moralidade e imposição presente no discurso que predominava os interesses neoliberais e neoconservadores.

O presidente eleito adotou como slogan de campanha a frase; “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, o slogan englobava o interesse e a relação política que favoreceria a campanha do então candidato e que também significava a representatividade

---

<sup>16</sup> Disponível em: < <https://www.dw.com/pt-br/brasil-%C3%A9-pa%C3%ADs-onde-evang%C3%A9licos-mais-avan%C3%A7am-na-pol%C3%ADtica/a-46189672> > Acesso em 25 de nov. de 2019.

dos interesses neoconservadores religiosos da direita. A relação de combate a corrupção e da ideologia de gênero ao Partido dos Trabalhadores, garantiu a Bolsonaro a oportunidade de usufruir do sentimento moralista religioso para a promoção de um discurso que favorecera seu contexto político. Nesse contexto, figurasse o Escola sem Partido em um instrumento que significa a aliança de uma corrente neoconservadora com os interesses neoliberais, onde ambos procuram intervir com suas ideologias de imposição e contenção para a educação, longe de apresentar qualquer traço de apartidarismo.

Uma visão panorâmica do desenvolvimento do Escola sem Partido, nos proporciona o esclarecimento de que o programa, (por esse termo entendemos o englobamento dos projetos de lei e do movimento com localização de divulgação em um site da internet. Ambos exercem funções complementares no processo de divulgação e manifestação da reelaboração educacional que se propõe) possui ligação com os interesses neoliberais que permeiam o plano de contenção e reordenação social, encontrando no governo de Bolsonaro e, dos grupos religiosos conservadores.

## **II.II - O modelo educacional que se propõe**

Discorreremos até o momento sobre as correntes que dão origem as ideologias do Escola sem Partido, suas relações que refutam a falácia de luta contra o partidarismo nas escolas, evidenciando suas estreitas relações a correntes conservadoras que se sobreporão na política e desejam o controle das políticas educacionais. A candidatura de Bolsonaro assim como o crescimento do ESP, foram possíveis graças a disseminação de conteúdos manipulados em prol da conquista da opinião pública favorável a ambos. Uma vez que, o discurso moralista do Escola sem Partido encontrou um orador que o articulasse nas mídias com maior frequência e intensidade do que já se fazia antes, passou a acreditar em sociedade que a doutrinação é um problema real e que precisa ser combatido. Ao denunciar, a doutrinação o Escola sem Partido precisou indicar um agressor, e esse foi identificado na figura da classe dos professores.

Para dar suporte aos argumentos de efetividade da doutrinação, o grupo de apoiadores do Escola sem Partido prolifera constantemente ataques a classe dos professores. Discutir sobre os discursos discriminatórios direcionados a essa classe é

indispensável quando partimos da premissa que as práticas educativas devem respeitar o viés democrático. Entendemos que a educação é possibilitadora do desenvolvimento que tange a transformação do indivíduo, para que esse possa atuar e modificar a sociedade com responsabilidade quando julgar necessário. Porém, quando se elabora um plano educacional que retira o diálogo da escola, se desconstrói o caráter de educação democrática. A atuação do docente deve compreender as necessidades do aluno e da sociedade, buscando a promoção da interação do indivíduo com o meio. Segundo Santos (2013), em: *Trabalhando com alunos: subsídios e sugestões, trabalho que aborda o professor como um mediador de possibilidades, a atividade docente deve:*

a educação deve não apenas formar trabalhadores para as exigências do mercado de trabalho, mas cidadãos críticos capazes de transformar um mercado de exploração em um mercado que valorize uma mercadoria cada vez mais importante: o conhecimento. (Santos, 2013, p. 03).

As limitações do ESP não cumprem com as necessidades que a função docente exige. A sociedade globalizada desafia cotidianamente as práticas do professor, que por sua vez deve adequar-se as novas tecnologias e implementá-las a suas práticas, construindo novos modos de atuação que condizem com a localidade de seu contexto histórico.

O esperado de uma escola é que ela ofereça uma educação de qualidade para todos e em sintonia com os cumprimentos da CF. O Escola sem Partido não viabiliza a construção de uma educação igualitária ou expressa interesse em favorecer a educação com propostas que melhorem as condições de aprendizagem, ou para a promoção de acesso e permanência a uma educação de qualidade. O ESP promove ideias de caráter inconstitucional e discriminatório, estabelecendo a promoção de discursos que denigrem a imagem, a ética e a conduta dos professores. Segundo o movimento os professores correspondem;

Um exército de militantes transvestidos de professores que se prevalecem da liberdade acadêmica e da cortina de segredos das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo”. (Site do Movimento Escola sem Partido, 2019)

Constatamos que o termo doutrinação utilizado no corpo do projeto, não conta com uma prévia discussão que vise estabelecer a definição do termo, nem mesmo nos discursos de seus propositores. Investigamos o que significaria a doutrinação para o ESP,

e encontramos no site do movimento a seção “Flagrando o Doutrinador” na página online do movimento. Para o Escola sem Partido ocorre doutrinação quando;

Você pode estar sendo vítima de doutrinação ideológica quando seu professor: •Se desvia frequentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional; Adota ou indica livros, publicações e autores identificados com determinada corrente ideológica;•Pressiona os alunos a expressar determinados pontos de vista em seus trabalhos;•Alicia alunos para participar de manifestações, atos públicos, passeatas, etc.;•Permite que a convicção política ou religiosa dos alunos interfira positiva ou negativamente em suas notas (Escola sem Partido, 2019)

O percurso que fizemos até aqui se fez necessário para entendermos como o Escola sem Partido faz parte de um plano neoconservador e neoliberal para à educação pública. Seu modo organizacional está dentro de uma visão globalizada, onde procura-se atender as novas bases que a reconversão tecnológica e o padrão de acumulação capitalista requerem na reprodução da força de trabalho. Trata-se de um embate que procura na educação atender as demandas do mercado de trabalho, onde as reelaborações das políticas educacionais contam com o papel crucial do ensino técnico, deixando de lado as necessidades humanas.

Nesse contexto, englobasse a necessidade de promover uma educação técnica, neutra, livre de subjetividade/afetividades que adiem o processo da qualificação da mão de obra especializada, logo, a opinião do professor ou a sua interferência na mediação do ensino, bem como a sua liberdade de expressão se fazem desnecessárias. Inserido nessa concepção, o ESP torna o ensino mecânico e reduz o professor a um sujeito transmissor. As atividades docentes são incriminadas pelo ESP através da prerrogativa de vulnerabilidade englobada ao aluno, retirando de tal modo a função social que se insere na profissão.

O Escola sem partido ilustra inúmeras características da estratégia neoconservadora/neoliberal sobre a educação. No discurso desse recorte, o quadro educacional e da postura docente partem de uma hipótese feita a toda a classe de professores de maneira generalizada, segundo os princípios das correntes que movem o projeto. A reformulação do projeto 7.180/14 que deu lugar para o 249/19 retira o vigor do projeto das esferas educacionais privadas, e passa trabalhar apenas com a educação pública. A preocupação em impor limites a postura docente limita-se apenas a esfera pública, exibindo que o ESP enquanto fruto da corrente neoliberal, atribui as insuficiências educacionais ao Estado e ao servidor público (professor), oferecendo uma

alternativa para a “salvação” da sociedade, conduzindo-os assim para um resgate “democrático” e econômico, servido por um modelo econômico capitalista que visa espelhar seus moldes na educação.

Na visão do Escola sem Partido, assim como no discurso neoliberal/neoconservador os males sociais e educacionais são frutos de uma má administração e organização política, livrando o sistema econômico (capitalista) desse globo de culpa. Silva (1994, p.23), explica que;

É obviamente importante nesse processo da hegemonia do discurso liberal/empresarial/capitalista a criação de novas expressões e termos e a redefinição de velhos *slogans* e palavras e sua vinculação respectivamente positiva ou negativa ao campo bom (o capitalismo, a livre iniciativa, os empresários, e suas inerentes virtudes) ou o campo mal (a intervenção estatal, os movimentos sociais, os funcionários públicos os políticos e seus essenciais defeitos). (Neoliberalismo, qualidade total e educação. 1994)

A construção de inimigos no discurso do ESP, tais como a ideologia de gênero e a doutrinação do comunismo, contemplam a reformulação, ou como disse Silva (1994) a reciclagem de termos que indicam o desejo para reformulação social necessária para que se alcance um pensamento hegemônico. Recai sobre a educação o desejo neoliberal/neoconservador de reformular o interior da educação, começando pelas práticas docentes para que adiante se possa controlar as massas, promovendo os interesses das instituições privadas segundo o modelo econômico capitalista.

Atendendo a esses critérios, o ESP propõe a neutralidade do ensino e do posicionamento docente, tirando o caráter social e democrático da escola que contempla as práticas pedagógicas e permite que a escola funcione como um canal de interação de identidades, e substituindo-o por um modelo tecnicista, voltado para a objetividade do mercado de trabalho, atrelando assim, a educação aos interesses neoliberais que clamam por uma educação “objetiva”.

Esse modelo educacional é guiado pela Teoria Tecnicista, que parte do pressuposto da neutralidade científica, inspirada nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, procurando direcionar a educação para um polo que se organiza de modo objetivo e operacional. Saviani (1983) em Escola e Democracia, explica que a teoria tecnicista procura objetivar o trabalho pedagógico do mesmo modo que foi feito com o trabalho fabril. Ou seja, a educação deve ser norteadada com as necessidades do mundo do trabalho e não para as relações interpessoais que respondem a

um caráter subjetivo e podem preparar o indivíduo também para sua função trabalhista. De tal modo, a retirada da subjetividade da escola na proposta do ESP implica na proibição das menções ao termo gênero, na proibição da participação dos alunos em passeatas públicas ou em qualquer ato de militância que esboce a liberdade de expressão e do pensamento, e na postura dos professores que devem exercer sua função sob pena de postura neutra, pois ofereceriam interferências contra a objetividade do ensino técnico. Saviani (1983, p.24) diz:

[...] se na pedagogia nova a iniciativa desloca-se para o aluno, situando-se o nervo da ação educativa na relação professor-aluno, portanto relação interpessoal, intersubjetiva – na pedagogia tecnicista, o elemento principal passa a ser a organização racional dos meios, ocupando professor e aluno posição secundária, relegados que são à condição de executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos, imparciais.

O Escola sem Partido demonstra o papel que tem a educação no projeto neoliberal. As propostas de intervenção do ensino e nelas englobada o silenciamento do professor, a exclusão do trabalho com diversidades, exclusão das menções a gênero e a reciclagem da doutrinação do comunismo junto a disseminação pública desses termos no discurso dos apoiadores, revela as propostas de intervenção educacional que visam servir aos propósitos empresariais e ao modelo econômico capitalista. A retirada dos elementos que tornam a escola um ambiente de interação social, como a liberdade de expressão do professor e o trato da educação com a interação de elementos sociais, configuram o desejo de sobrepor objetividades específicas que atendem ao modelo de educação tecnicista, uma reestruturação buscada por simpatizantes neoliberais para atrelar a educação institucionalizada aos objetivos específicos do preparo para o mercado de trabalho.

De modo, é importante salientar que não entendemos a educação com o trato para o mundo do trabalho um problema, entendemos a relevância desse aspecto e o contexto constitucional que o insere. O problema que discerne o Escola sem Partido é a tomada de interesses ideológicos neoconservadores/neoliberais que movem os projetos de lei, e são ressaltados nas proliferações públicas dos apoiadores.

O projeto move a promoção do silenciamento nas escolas, e para que isso se efetive na opinião pública é feito um processo de incriminações contra a classe docente e ao sistema de educação democrática que viabiliza a cidadania, procurando tratar o indivíduo para que esse possa operar de forma integral nas suas relações sociais, sejam elas no campo pessoal, contemplando suas relações de comunicação e também para o

preparo no mundo do trabalho. O projeto escola sem partido propõe a retirada do contexto educacional da escola, substituindo-o pela objetividade do ensino que apresenta a problemática de não englobar as necessidades e as diferenças que permeiam a sociedade, apresentando o indivíduo apenas como um operador de atividades que são exigidas pelo mercado. Dialogando com Silva (1994) entendemos que a proposta do ESP procura;

É importante também utilizar a educação como veículo de transmissão de ideias que proclamam as excelências do livre mercado e da livre iniciativa. Há um esforço de alteração do currículo não apenas com o objetivo de dirigi-lo a uma preparação estreita para o local de trabalho, mas também com o objetivo de preparar os estudantes para aceitar os postulados do credo neoliberal. (SILVA,1994, p. 12).

Procurando aceitação e apoio da sociedade para a proposta de reelaboração da educação guiado por um modelo neoliberal, o ESP apresenta uma relevante estratégia que assume no projeto neoliberal para a conquista de um modelo educacional técnico e excludente. Para que a proposta de reelaboração seja possível o ESP assume uma postura estratégica de conquista da hegemonia através da utilização dos meios de comunicação de massa, entendemos então o papel relevante que o site do movimento tem sobre a divulgação dos projetos de lei. Silva (1994) explica que a utilização dos meios de comunicação procura;

Essa utilização não se traduz apenas no controle desses meios e em tomar as escolas como um mercado-alvo para os produtos e meios da cultura de massa, mas também em utilizá-los como canal de transmissão da doutrina liberal. (SILVA, 1994, P. 12-13).

O site do movimento figura o aspecto de transmissão da doutrina neoliberal/neoconservadora, pois faz uma transgressão dos ideais dessas correntes em um meio de comunicação que atinge massas. No que tange a neutralidade da postura docente, o conceito neoliberal procura conquistar a hegemonia que não se limita apenas ao campo educacional, mas que começa com ele. Silva (1994, p. 13) explica que no campo educacional a estratégia ocupa um lugar privilegiado, como um dos elementos que passíveis de serem utilizados como técnica do governo e de controle social.

Em diálogo com Silva (1994), entendemos o Escola sem Partido, como parte de um projeto que compõe um amplo processo de redefinição das esferas sociais, política e pessoal, localizado como parte de um projeto global onde mecanismos de significação e representação são utilizados para criar e recriar um clima favorável a visão social e política neoliberal. As propostas de educação do ESP elaboram um quadro que visa a

reelaboração social, onde o projeto neoliberal e neoconservador proporciona a criação de um espaço na educação que se torna impossível pensar em diferenças sociais, pois o neoliberalismo sufoca a existência dessas diferenças até que não elas já não se façam comuns até mesmo para os grupos que as compõe. Segundo Silva (1994, p. 14)

Nesse espaço hegemônico, visões alternativas e contrapostas à liberal/capitalista são reprimidas a ponto de desaparecer da imaginação e do pensamento até mesmo daqueles grupos mais vitimizados pelo presente sistema, cujos males, estranhamente, são atribuídos não ao seu núcleo econômico-capitalista- mas ao suposto fato de que ainda não é suficientemente capitalista.

O Escola sem Partido empreende um discurso que busca a hegemonia e introduz discursos que desloca e reprime outras categorias, suprimindo categorias que costumavam pensar a vida social e a educação, transformando de tal modo a democracia educacional em um neoliberalismo educacional, estreitas ao campo profissional e político, alimentados pela competitividade do mercado de trabalho. Anulando as formas de pensar na discussão coletiva e pública, que possibilita um viés para que as desigualdades possam ser superadas.

O ESP redigiu um novo texto para o projeto que contempla apenas o campo da educação pública, onde as desigualdades e injustiças da estrutura existente de poder são reproduzidas no contexto das salas de aula. Assim, se estabelece o interesse de manipular a educação pública para funcionar conforme os interesses e a demanda do mercado, enquanto a escola privada teria a iniciativa de oferecer aos pais a educação que desejarem para os seus filhos, podendo assim escolher o mercado/escola que fosse mais convidativa para seus interesses, dando partida no modo de educação como produto.

Segundo a lógica neoliberal a competição de mercado entre as escolas faria com essas funcionassem melhor, pois as empresas/escolas estariam empenhadas e conseguir o dinheiro dos consumidores/pais, e esses teriam o direito da livre escolha a educação que lhe fosse mais interessante e que condissesse com seu bolso. Com a efetivação de um modelo educacional baseado sob essas premissas, é impossível que classes econômicas diferentes e que os menos favorecidos consigam acesso a um programa de educação de qualidade, o mais provável é que se produza cada vez mais desigualdades, uma vez que quem tiver mais poder, mais poder obterá.

Para promover esses interesses de mercantilização da educação há uma grande investidura para que as instituições de ensino voltem seus trabalhos para as demandas da



indústria, de modo que a educação passe a ser um modo de reconfiguração social que se dá pela necessidade de competitividade de lucros, e não para as necessidades dos grupos que sofrem pelas desigualdades. Silva (1994) explica que esse processo se dá pelo processo da mercantilização e treinamento, onde a pedagogia proposta possui lugar restrito para a exclusividade do treinamento para o comércio.

A escola entra no campo das indústrias, pois nesse contexto, educação de qualidade se torna sinônimo pertencente a de iniciativa privada, e isso respinga diretamente sobre os grupos menos favorecidos, pois, o projeto neoliberal não tange todas as esferas sociais, aqueles que obtiverem mais recursos procurarão uma educação que garantam o futuro de sua posição social e econômica, enquanto aqueles já prejudicados pelo esquema do sistema em vigência, terão suas dificuldades ainda mais aprofundadas, produzindo ainda mais desigualdades, pois segundo (Silva, 1994) o pensamento individualista do neoliberalismo em educação é norteado pela economia.

Uma vez feito o exposto, podemos olhar para a aliança neoconservadora e neoliberalista que permeia o Escola sem Partido. De um lado está o neoconservadorismo com suas ideias de bons valores da família e moralidade que junto aos ideais de economia e supremacia do capitalismo constituem um mecanismo de controle e contenção. As conjunturas desses grupos trabalham para um molde da sociedade que atenda às necessidades emergentes do mercado, e não para o preparo da cidadania. Para que isso se torne possível é preciso que se desempenhe a tentativa do apagamento da memória popular quanto ao contexto democrático, pois os grupos sociais de resistência formam uma barreira que impendem a reordenação social que vem sendo discutida.

Sobre esse pressuposto, entendemos a necessidade exacerbada defendida pelo Escola sem Partido em promover uma lei que exclui de todas instituições de ensino do país o diálogo, anula o direito de expressão dos professores pela obrigatoriedade de tratar as disciplinas sob uma pedagogia neutra e excludente. A exclusão dessa classe das pautas que tratam do direcionamento educacional do país está justificada pela estratégia de supressão da memória histórica e pela redefinição de antigas categorias de produção que visam a proliferação e expansão dos objetivos capitalistas. Propor uma educação neutra atende a uma ofensiva que sonha em transformar a educação, e em consequência moldar a sociedade sobre os moldes que atendam os preceitos neoliberais e neoconservadores.

Tornar inapta a atuação do professor e reduzi-la a apenas em um instrumento que trata os temas de forma genérica e mecânica, apontam os interesses ideológicos que estão incumbidos no Escola sem Partido de transformar a educação em um sistema técnico de ensino. Seguindo esse contexto, o Escola sem Partido justifica o caráter de neutralidade do ensino através do argumento que aponta “professor não é educador”. O lema obedece ao preceito de que educação é realizada em casa e pelas famílias, em conformidade com as orientações morais e religiosas da família, situando o lema educacional do projeto em concordância com a ideologia do neoconservadorismo/neoliberalismo.

Os educadores são responsáveis pela contribuição da manutenção da memória histórica, e como tal precisam se posicionar contra as estratégias de reformulação de ensino segundo os moldes neoliberais e neoconservadores, promovendo a ocupação de seu lugar por direito está assegurado na CF. Silva (1994, p. 28-29) diz que:

Não assumir nosso lugar e responsabilidade nesse espaço significa entregá-lo a forças que certamente irão moldá-lo de acordo com seus próprios objetivos e esses objetivos podem não ser exatamente os objetivos de justiça, igualdade e de um futuro melhor para todos.

O Escola sem Partido relaciona o trabalho do professor a uma pedagogia objetiva, vista nesse capítulo, que possui uma competência técnica e um compromisso político que trata a educação como fenômeno mercantil, atendendo as demandas de imposição moralista da ideologia neoconservadora e ao modo de enxergar a educação como lugar de produção de mão de obra especializada pela ideologia do neoliberalismo. Frigoto (2017, p.31) explica

A junção das teses dos arautos do fundamentalismo do mercado e do fundamentalismo religioso, se transformadas em legislação, como está correndo, constituirá o lado mais voraz da esfinge que se alastra na sociedade e não apenas na escola. Escola sem Partido avança num território que historicamente desembocou na insanidade da intolerância e da eliminação de seres humanos sob o nazismo, o fascismo e similares. Uma proposta que é absurda e letal pelo que manifesta e pelo que esconde.

A esquematização do neoliberalismo e neoconservadorismo em exercer um plano educacional excludente, com vista a sobreposição dos interesses do mercado capitalista acima do desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida humana. Resulta no processo de incriminação do professor, como vimos anteriormente, esse processo de difamação é necessário para que nesse discurso a figura docente e a instituição escolar se configure como inimiga da família. Como prova disso, há a proposta de delação elaborada pelo projeto para que os pais e alunos denunciem supostas atividades de doutrinação.

Um forte ataque direcionado do ESP vem do embate a ideologia de gênero, que se alega ser difundida nas escolas. Quanto a essa questão que procura destruir o respeito dos profissionais de ensino, o Professor Fernando Penna (2015), estudioso do ESP, explica;

Não existem defensores da “ideologia de gênero”. Existem educadores que não se negam a discutir a complexa realidade dos alunos, que é permeada também pelas relações de gênero. Os professores, as escolas e referenciais teóricos importantes para os campos educacionais são atacados não através da argumentação racional, mas de representações no qual aparecem como monstros ou vampiros que abusam e corrompem crianças inocentes, tentando transformá-los em militantes ou degenerados sexuais que só pensam em sexo. (Site Movimento Livre Para Educar)

A ideologia de gênero representa o interesse neoconservador em preparar o terreno educacional para operar segundo os dogmas religiosos que os orientam, no Escola sem partido é imprescindível que a classe docente seja desacredita, uma vez feito, a didática dos docentes se torna suspeita, abrindo espaço para que os parâmetros técnicos sugeridos pelo Escola sem Partido pareçam confiáveis e necessários.

Afirmar que o professor não tem direito sobre a educação e, portanto, não deve opinar durante as práticas de ensino, vai contra os princípios democráticos que viabilizam a qualquer cidadão o direito à liberdade de pensamento, de aprender e ensinar. O que se pretende na verdade pelo Escola sem Partido, é a obtenção do controle pedagógico que vai contra os princípios democráticos educacionais, que viabilizam a autonomia do sujeito para com as necessidades dos diversos contextos ao qual se insere, e não apenas a restrição do mercado de trabalho.

### **II.III - Como os educadores pensam a educação**

Nessa seção, procuraremos dialogar com obras que se referem a mediação da postura docente, procurando entender o posicionamento que os educadores adotam sobre a educação e sobre a postura docente. Iniciaremos discorrendo sobre os direcionamentos tratados na pedagogia de Freire. O educador sofre vários ataques de difamação pelo ESP. Entenderemos como sua pedagogia e a de outros teóricos convidados para o debate, refutam os precedentes de educação neutra do ESP.

Paulo Freire foi um grande teórico educacional que defendia o direito ao pensamento livre e a educação como espaço que assegurava a efetivação desses direitos. Quanto a postura do professor, Freire defendia que essa deveria ser baseada em criar condições para que os alunos desenvolvessem de forma mais ampla uma condição que assegurasse a efetivação desse direito. É válido salientar que Freire é desenvolvedor de um método que se direcionava alfabetização de jovens e adultos a partir de palavras do seu cotidiano. A página do site do Escola sem Partido, entendida aqui como o lugar de produção do discurso e responsável por divulgá-lo as massas em prol de obter força de apoio para o movimento e para os projetos, promove um discurso incriminador e desvalorizador a respeito da biografia de Freire.

A pedagogia progressista de Freire é atacada pelas ideologias neoconservadoras e neoliberais, através de um discurso que produz imagens, charges e textos que qualificam o educador, a política de esquerda e ao governo do PT, chegando a acusar Freire de produzir uma pedagogia de doutrina comunista a encargo de ser distribuída nas escolas durante o período de vigência do PT no governo. O que o Escola sem Partido propõe é um embate em torno de uma pedagogia conservadora de direita, atrelada a uma organização neoliberal que configura a luta contra uma educação progressista.

A proposta educacional de Freire vai contra os interesses dos grupos que deliberam a ideologia do Escola sem Partido. Veremos como a proposta de uma pedagogia que visa a autonomia do sujeito e discerne sobre os saberes necessários a essa prática, vai contra as ideologias que movem o ESP, e explicam a necessidade de ataques a esse teórico e a toda classe docente.

## **II. IV - Uma pedagogia via práticas autônomas; os saberes que contrariam a ideologia do Escola sem Partido**

Na obra “Pedagogia da Autonomia” (1996), Freire aborda as práticas docentes necessárias para emancipação do sujeito e para construção do desenvolvimento do saber crítico nas escolas e, da desenvoltura necessária quanto a postura do professor para que esse possa assegurar uma educação de qualidade diante as práticas dinâmicas que surgem no cotidiano das escolas, fundamentada em práticas éticas e ao respeito à dignidade do

educando, para que esse tenha acesso a uma educação que o possibilite atuar em qualquer campo que deseje, mas que não se limite a uma prática por ter sido sempre e somente condicionado a ela.

Freire apresenta a prática docente de postura aberta e curiosa, necessária para a compreensão da dimensão social e da formação humana, assumindo posição contrária das dimensões de ensino e postura docente sugeridos pelo ESP, que transcendem a exigência de uma postura técnica exigida pelo ideário neoliberal, operado por um pensamento pedagógico prático, estimulador da competição e do individualismo.

A pedagogia de Freire denuncia os males que a ideologia neoliberalista oferece a ética universal do sujeito, e o torna alvo de ataques que procuram desqualificar as práticas educacionais defendidas pelo educador, atrelando-o a inimigos comuns do neoliberalismo, tal como o comunismo. Os ataques feitos a Freire são utilizados como referencial para desqualificar toda classe docente, e por consequência atacam a atuação docente favorável a promoção da autonomia do educando. A educação atacada pelo ESP, projetasse fora dos interesses desse projeto, pois é justamente excluída e necessária a críticas advindas dessas correntes, pois se dá pelo caráter emancipatório, autônomo, qualificando-se como opositora da imposição e restrição do modelo técnico e objetivador, defendido pelas ideologias neoliberais que movem e orientam o ESP.

Freire explica que o modo neoliberal de pensar a educação é imobilizante, e que esse modo de pensar insiste em convencer a sociedade de que não há nada que se possa fazer contra essa realidade, e o papel do professor nesse contexto é adaptar o educando a essa realidade que nunca poderá ser mudada. O trabalho com a objetividade é necessário, pois o que se precisa, “por isso mesmo, é o treino técnico indispensável à adaptação do educando, à sua sobrevivência” (FREIRE, 1996, p. 22)

As práticas docentes e discentes são complementares no que tange o enlace da teoria e da prática. O professor alinhado a uma prática educativa-crítica possibilita que o aluno inicialmente pouco familiarizado aos alinhamentos da teoria, emergja em conteúdo que o tornarão aptos a realização das atividades práticas que forem exigidas. Freire (1996) defende a importância de consciência do professor já no seu estágio de formação, pois para que esse exerça e elabore práticas críticas-educativas, ele/ela precisa reconhecer-se como sujeito responsável pela produção do saber, tendo consciência de que ensinar não

se reduz a transferir conhecimento, vai além disso, a atividade está no modo de criar possibilidades para a produção ou construção do conhecimento.

O lugar do docente e do educando embora diferentes são complementares, pois uma prática não se reduz a condição da outra, quando se forma, o indivíduo formado também se reforma, pois, esse caráter de dinamicidade é inato do ser humano. Em um programa de ensino democrático não existe espaço para uma educação que responda ao caráter de neutralidade. Na prática docente que obedece ao contexto democrático, reforça-se a capacidade crítica do aluno, sua curiosidade e sua insubmissão, a pedagogia que trabalha esses aspectos deve estar atenta as mudanças da sociedade e conseqüentemente dos educandos, que ao longo do processo formativo vão se tornando em indivíduos que constroem e se reconstróem a partir do saber ensinado. De tal maneira, o educando assume ao lado do professor a posição igualitária de sujeitos no processo educacional.

Percebe-se, assim a importância do papel do educador, o mérito da paz com que viva a certeza de que faz de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo. Daí a impossibilidade de vir a tornar-se um professor crítico se, mecanicamente memorizador, é muito mais um repetidor cadenciado de frases e de ideias inertes do que um desafiador. (Freire, 1996, p. 29)

O modo de “pensar certo” segundo Freire (1996), diz sobre ir além da atividade que procura resguarda seu conhecimento para apenas falar certo ou apenas direcionar o aprendizado para uma ideia idealizada, distinta do seu real e que nunca acontecerá. O pensar certo deve transpor na postura do docente, que por sua vez deve instigar a consciência intencionada dos educandos, para que através dela o aluno se reconheça no mundo, e reconheça que o estar no mundo significa também atuar sobre o mundo. O pensar certo exigido na postura docente em um contexto democrático adota a consciência que ensinar não é transferir conhecimento, vai além disso, pensar certo é uma postura exigida que visa a superação do simplismo, do tecnicismo, é algo indispensável que vai além das formas preestabelecidas, mas ao mesmo tempo ligado a rigorosidade metódica que possui noção das mudanças que permeiam a humanidade e as necessidades atreladas a ela, assim entendemos a escola em um espaço de possibilidades para o ser humano e não de determinismos.

Nesse contexto, a colocação educacional apresentada e defendida por Freire refuta os movimentos de imposição e contenção que estão dispostos no ESP, que em sua construção reduz a profissão docente a uma condição de mero transmissor, procurando

dessa maneira objetivar o ensino e transforma a educação em um espaço de determinismos.

Em diálogo com o pensamento de Freire (1996) sobre a atuação docente, abordamos Libâneo (1996) em *Adeus Professor, Adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente*. O autor discorre sobre o lugar da profissão docente na sociedade pós-industrial, onde há novas tecnologias e meios de comunicação e informação que põe em questão a necessidade da profissão docente. É visto como esse espaço de sociedade pós-industrial concede espaço para a inflamação do neoliberalismo, onde as mudanças na política se tornam visíveis e com elas seus interesses subordinados as regras da economia mundial. De tal modo, a ideologia neoliberal prega a concorrência o individualismo e a exclusão social. Em um contexto global, os países periféricos perdem sua autonomia abandonando as responsabilidades sociais e as políticas públicas (educação, saúde...), respingando por consequência nos indivíduos de sua sociedade que se localizam na necessidade de solucionar problemas emergentes, tal como o desemprego, valendo-se de conhecimentos pragmáticos antes dos conhecimentos que visam o bem social. Nesse quadro, Libâneo explica que a educação se torna

No plano de modernização e globalização da sociedade, a educação deixa de ser um direito e transforma-se em serviço, em mercadoria, ao mesmo tempo que se acentua o dualismo educacional: diferentes qualidades de educação para ricos e pobres. (Libâneo, 1996, p. 18)

Para lidar com a sociedade e a era globalizada, atendendo as novas necessidades que surgem sem abandonar o caráter democrático da escola, escola e professor devem apresentar um posicionamento crítico, guiado pelo viés democrático, compatibilizando educação e economia, pois o ambiente escolar democrático é facilitador das possibilidades. Libâneo assegura que o contexto econômico não pode ser ignorado, mas deve ser tratado de forma que o educando se localize na sociedade e saiba trata-la, sabendo trabalhar as demandas que prezam pelo desenvolvimento de capacidades cognitivas e operativas, encaminhadas para um pensamento autônomo, crítico, criativo, onde a formação geral e capacitação tecnológica sirva aos trabalhadores, para que esses possam exercer mais controle sobre suas condições de trabalho, de modo a não buscar competência apenas em tarefas fixas, mas compreender a totalidade do processo de produção; qualificação mais elevada e de melhor qualidade.

Para que a educação atenda essas demandas e responda aos quesitos que procurem superar as desigualdades sociais, e de tal modo se possa atender efetivamente a todos os indivíduos da sociedade, Libâneo sugere a junção dos critérios:

- *Preparação para o mundo do trabalho*; onde a escola mostra possibilidades alternativas, que visam a flexibilização do indivíduo sobre complexas e diversas atividades no mundo do mercado.
- *Formação para a cidadania crítica*, onde se prioriza a formação do cidadão que pode atuar e interferir criticamente no mercado de trabalho, buscando de forma competente a justiça social.
- *Preparação para a participação social*, onde aconteça um fortalecimento dos amplos movimentos sociais, visando o fortalecimento da esfera pública não-estatal, implicando no desenvolvimento de competências sociais em relações democráticas.
- *Formação ética*; trabalhando por meio das atividades escolares atitudes éticas, visando a formação de valores ante as diversas esferas do mundo contemporâneo.

Em vista a necessidade de uma escola que torne possível para o educado uma ampla visão de como agir sobre o mundo, seguindo os modelos éticos de sociedade e sobre as necessidades interativas pessoais e de trabalho que lhe ocorrerão durante a jornada da vida, fica entendido que um modelo neutro, excludente não atende as necessidades integrais do ser humano. As demandas econômicas do mercado não devem e não precisam serem trabalhadas a todo custo, acima das necessidades éticas-sociais que visam o desenvolvimento amplo do sujeito, pois em um ambiente democrático essas necessidades econômicas e sócias, possuem por direito lugares para coexistirem de forma harmônica e complementares, pois (mais uma vez), a democracia permite que elas coexistam, e a sociedade precisa de ambas para atingir o seu amplo desenvolvimento. Diante essa circunstância, a escola enquanto instituição;

A escola precisa deixar de ser meramente uma agência transmissora de informação e transformar-se num lugar de análises críticas e produção de onde o conhecimento possibilita a atribuição de significado à informação. (Libâneo 1996, p. 26)

Nessa escola o aluno poderá buscar a informação nos diversos meios que lhe forem disponibilizados, aprendendo a buscar e analisar a informação de acordo com elementos cognitivos que lhe sejam críticos. Assim, a escola instiga e forma os alunos para que esses agucem suas inquietações quanto a investigação das fontes de suas



informações, tornando-as e instrumentos internos cognitivos para levá-los a acender o conhecimento. A escola irá operar na síntese da cultura formal que contempla os conhecimentos sistematizados e da cultura experienciada, se fazendo necessário a articulação de sua capacidade de receber e interpretar as informações que obtêm, assim o aluno se tornará sujeito do seu próprio conhecimento, reforçando o critério de escola possibilitadora nas atividades que contemplam o significado de estar e atuar no mundo.

O papel do professor é imprescindível nessa atividade, já que esse sujeito é o facilitador e possibilitador para as organizações de condições cognitivas de ensino que ajudarão os alunos a atribuir significados as informações obtidas nos meios de comunicação e informação. Para que essa atividade se torne possível é necessário que a postura docente transcenda das justificativas de transposição de conhecimento. A profissão docente exige que esse profissional esteja em par dos acontecimentos e atento as mudanças da sociedade, estando dotado de uma didática que o permita atrelas e ajustar o meio à suas práticas.

Libâneo (1996, p. 28) faz apontamentos dos saberes que são necessários a prática docente, que permita a efetivação da educação que articula a sociedade com as práticas em sala de aula. Dentre os dez apontamentos para a prática docente, destacamos os enumerados do um ao cinco. O professor deve entender o processo de ensino, onde sua atuação requer mediação pedagógica para que o aluno alcance a efetivação da aprendizagem. A mediação docente circula entre a relação do aluno com a disciplina, procurando assegurar que a rotina do ensino também deve levar em consideração a bagagem cultural do aluno, considerando os acontecimentos que eles trazem para a sala de aula.

Ao mesmo tempo que faz isso o professor deve procurar ajudar com a atribuição de questionamentos dessas experiências, provendo meios cognitivos para que se o aluno desejar e achar necessário, possa através do conhecimento que recebeu construir meios para modificá-las. Essa atividade docente exige que o professor construa um diálogo, questione, atrele suas práticas ao conhecimento de mundo e a sentimentos. Logo, o modo de verbalização e transmissão de conteúdos não atende à demanda que exige o processo de ensino. O que está em campo é o processo de escolarização que ajude o aluno através da mediação docente que permita a construção e a reconstrução de seus saberes. Para que se possa pensar nesse modelo educacional, é necessário que a interiorização do ensino obedeça a uma organização que permita o deslocamento das questões que permeiam o

cotidiano dos alunos para a sala de aula, evitando que a educação de limite a uma educação fechada e fragmentada. A forma compartilhada de conhecimento sanaria esse problema. De modo que esse intercâmbio em áreas diferentes permitiria uma melhora na resolução da compreensão.

Podemos tomar como exemplo o ensino de literatura que em sua exposição ignorasse o contexto histórico de cada movimento, o que de modo tornaria a compreensão impossível, tornaria o contexto e o ensino literário a uma atividade desmembrada e sem nexos. Ou ainda podemos pensar nas exigências que exames oficiais requerem dos participantes/alunos, tomando como exemplo o ENEM que tem como uma das etapas a elaboração de uma redação dissertativa-argumentativa. Para responder aos critérios que são pedidos no exame o aluno precisa ter domínio de cinco competências; domínio da norma culta língua portuguesa, compreender a proposta de redação, selecionar e organizar as informações de forma argumentativas e elaborar uma proposta de intervenção para o tema abordado. Para que se possa relacionar as competências mencionadas acima, e alcançar resultados satisfatórios não só em atividades desse gênero, mas na vida cotidiana, é necessário que o professor desempenhe uma mediação que dialogue com outras disciplinas, com outras esferas comuns dos educandos.

Na lógica do ESP, esse diálogo de atividades interdisciplinares caracterizariam um distanciamento do objetivo da disciplina, logo qualificando a atividade ao que chamam de doutrinação. Japiassu (1976) *apud* Libâneo (1996), explica que a interdisciplinaridade é um empréstimo de esquemas conceituais de análises, com afins de melhorar o percurso metodológico, havendo assim uma maior e melhor ligação e efetivação da ciência com a teoria-prática.

A atividade interdisciplinar exige a compreensão de que ela se organiza segundo os moldes de atitude, forma de organização administrativa e pedagógica da escola. Elas se relacionam de forma que a atitude possibilita o afastamento das barreiras entre os docentes, e esses poderão construir uma coletividade ajudando a promoção de uma educação compartilhada, podendo os docentes articular as práticas para que possa usá-las quando for julgado. O que de modo geral os apontamentos de Libâneo traduzem é que o papel da prática docente agrega conteúdo ao pensar crítico, a capacidade de guiar a problematização dos alunos, ou seja, de aplicar conceitos como forma de apropriação dos objetos de conhecimento a partir de enfoques que totalizem a realidade. Na sua prática;

O professor precisa juntar a cultura geral, a especialização disciplinar e a busca de conhecimentos conexos com a sua matéria, porque formar o cidadão hoje é, também, ajudá-lo a se capacitar para lidar praticamente com noções e problemas surgidos nas mais variadas situações, tanto do trabalho quanto sociais, culturais e éticas. (Libâneo, 1996, p. 43)

O texto que se discorreu até aqui, procura sistematizar a defesa da postura docente no que lhe confere autonomia para guiar suas atividades na sala de aula. As ideias de postura neutra e silenciamento dessa classe, denunciam o caráter ideológico-político que está por trás do ESP, movido pelas correntes neoliberais e neoconservadoras que enxergam nesse projeto o caminho para imposição de seus ideais, procurando ascender através da educação técnica a valorização de seus interesses sociais e políticos.

O ataque a postura dos professores, promove a incitação de ódio por parte de uma população que se deixa alienar através da disseminação de conteúdos elaborados pelos propositores do ESP, promovendo na população o esquecimento da memória social que não difere e não estabelece relação do que se tenta impor com os planos de educação neutra, com outros períodos de imposição já vistos nesse país. O ESP desqualifica a classe responsável pela equidade dessa memória. As discussões que giram em torno da educação excluem, e não é por acaso, os sujeitos que estão atrelados em suas práticas cotidianas a educação. Libâneo, Freire e Saviani são convidados a esse diálogo para nos permitir entender a necessidade que há em uma educação que não limite a atuação docente, mas que trabalhe junto com essa nas propostas de ensino que visem o diálogo da escola com as práticas do mundo real.

## **CONSIDERAÇÕES**

Nossa discussão se dividiu em dois momentos. No primeiro, mostramos o momento de criação do movimento Escola sem Partido, bem como a sua migração e influência no corpo dos projetos de lei. Abordamos os projetos de lei em tramitação nas esferas legislativas, dedicando uma ênfase maior sobre os que tramitam a esfera legislativa federal, dado a maior visibilidade que esses recebem e exercem influências sobre os projetos similares que tramitam nas esferas municipais e estaduais. Mostramos como os propositores desses projetos se localizam em posicionamentos e discursos

carregados de ideologias neoconservadoras e com traços neoliberais, quebrando de tal maneira o escudo de neutralidade criado em defesa do ESP.

No segundo momento dessa pesquisa, localizamos o ESP como fruto de uma aliança de neoconservadores e neoliberais, engajados em uma organização maior, de escala global, que procuram na educação um ambiente propício para a reordenação da educação, trabalhando para que os moldes dessa obedeçam os critérios de formação de mão obra especializada que demanda de uma nova ordem, situada em um contexto mundial. Para que esse plano se efetive, o ESP utiliza um discurso maquiado que parte da prerrogativa da inocência das crianças que estariam expostas a contextos de doutrinações ideológicas. Com isso, busca-se torna a figura docente em um inimigo, tornando suas atividades/didática suspeitas e necessárias de serem vigiadas.

Diante disso, entendemos que os movimentos do ESP que procuram incriminar os professores docentes, atendem as necessidades das correntes neoconservadoras/neoliberais em silenciar essa classe, pois essa possui grande responsabilidade no que tange a condição de manter ativa a memória afetiva e social na escola. Sem ela um ensino neutro, técnico, que silencia as diversidades não poderá ser questionado.

Com isso, entendemos que a necessidade de excluir a classe docente dos assuntos educacionais, compreende ao fato de desejar-se no ESP conquistar uma hegemonia social que atenta apenas para objetividade, excluindo da humanidade a sua característica afetiva, e da educação o seu caráter social. Cabe também a classe docente, um lugar nas discussões que procuram definir os direcionamentos educacionais, principalmente no que se refere a mediação de professores.

O ESP traz em sua legislação uma repreensão ao direito da liberdade de ensinar e aprender, demonstrando o plano educacional das ideológicas que estão expostas. Os projetos de lei requerem uma maior atenção, pois as correntes neoliberais e neoconservadoras que movem a direita brasileira, não deixará o plano de contenção tão facilmente. Acreditamos que a luta engajada dos educadores, dos sujeitos que vivem a experiências do ato educacional no cotiando, na promoção de discussões que visem a exposição das correntes que movem o ESP, informando a população dos interesses desse projeto e o que de fato ele significa, assim poderemos evitar que se causem piores danos

no campo educacional e, conseqüentemente no desenvolvimento dos alunos e da população.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Renata. “A ideologia do Escola sem Partido. 29 de abril de 2016. **Movimento Liberdade para educar.** Disponível em: <<https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2016/04/24/a-ideologia-do-escola-sem-partido/>>. Acesso em: 22 de nov. de 2019.

BAGGIO, Katia Gerab. “Conexões ultraliberais nas Américas: o think tank norte-americano Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas”. In: **Anais do XII Encontro Internacional da ANPHLAC. 2016**, Campo Grande, MS.

BEDINELLI, Talita. O professor da minha filha comparou Che Guevara a São Francisco de Assis. **El País Brasil**, Política. São Paulo, 25 jun. 2016a. Disponível em:<[http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550\\_367696.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html)> Acesso em: 16 de agosto de 2019.

BOTELHO, André; FERREIRA, Gabriela Nunes. Revendo o pensamento conservador. In: FERREIRA, Gabriela Nunes e BOTELHO, André (Org). **Revisão do Pensamento Conservador: ideias e políticas no Brasil.** São Paulo: Hucitec / Fapesp, 2010.

BRASIL. Procuradoria-Geral da República. **Ações diretas de inconstitucionalidade 5.537/AL e 5.580/AL.** 19 out. 2016. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=5036462>> Acesso em 22 de agosto de 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 9.394/1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 20 Dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em 23 de agosto de 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** 5 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm).> Acesso em 03 de maio de 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei 867/2015.** Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido” – Apensado ao PL 7180/2014. Brasília: 23 mar. 2015a. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1230836&filenome=PL+7180/2014](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1230836&filenome=PL+7180/2014)>. Acesso em 12 de fev. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei 7.180/2014.** Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 24 fev. 2014a. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=123083](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=123083) > Acesso em 19 de fev. de 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei 7181/2014**. Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – Apensado ao PL 7180/2014. 24 fev. 2014b. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1230838&filename=PL+7181/2014](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1230838&filename=PL+7181/2014)>. 6&filename=PL+7180/2014>. Acesso em 12 de fev. 2019. Acesso em 19 de fev. de 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei 249/2019**. Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 04 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190752>> Acesso em 24 de out. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei 193/2016**. Brasília: 2016. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>>. Acesso em 24 de out. de 2019.

DALBERIO, M. C. **Borges. Neoliberalismo: Políticas educacionais e a gestão democrática na escola pública de qualidade**. São Paulo: Paulus Editora. 2019.

ESCOLA SEM PARTIDO – educação sem doutrinação”. [S.l.], 2014-2017. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/>> Acesso em 22 de maio de 2019.

ESCOLA SEM PARTIDO – educação sem doutrinação. Síndrome de Estocolmo. [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/sindrome-de-estocolmo>> Acesso em 22 de maio de 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GONZALEZ, Jeferson Aníbal. **Concepções, reconversões e perspectivas para a construção da educação popular**. Quaestio: Revista de Estudos de Educação, Sorocaba, v. 12, n. 2, p. 5-16, nov. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/188/188>>.

GUADALUPE, J. L. P. Brasil é o país onde os evangélicos mais avançam na política. DW Brasil. 2018. Disponível em; <<https://www.dw.com/pt-br/brasil-%C3%A9-pa%C3%ADs-onde-evang%C3%A9licos-mais-avan%C3%A7am-na-pol%C3%ADtica/a-46189672>> Acesso em 15 de nov. de 2019.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

INSTITUTO MILLENIUM. Quem somos. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/institucional/quem-somos/>>. Acesso 12 de nov. 2019.

LIBÂNEO. J. C. **Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente**. São Paulo: Cortez, 1998. Vol. 67.

MOLL, R. N. Diferenças entre neoliberalismo e neoconservadorismo: duas faces da mesma moeda? **Semdiplomacia**, São Paulo, 23 jul. 2015. Disponível em: <<http://unesp.br/semdiplomacia/opiniao/2015/43>>. Acesso em 24 de out. de 2019.

MOLL, R. N. **Imaginando o "outro" e a nação nas relações internacionais: Commentary Magazine, The New Republic e o intervencionismo dos Estados Unidos na e El Salvador (1977–1992)**. Tese. UNICAMP/UNIFESP/PUC-SP. 2015.

MOURA, Fernanda. P. de. **“Escola Sem Partido”: relações entre Estado, educação e religião e os impactos no ensino de história**. 189 f. Dissertação – (Mestrado Profissional em Ensino de História). Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

NAGIB, Miguel. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/quem-somos>>. Acesso em 03 de fev. de 2019.

NAGIB, Miguel. **Audiência pública para debater a liberdade de expressão na sala de aula. TV Senado**, 1 set. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jwGErV-1zUo>>. Acesso em: 03 de fev. de 2019.

PENNA, Fernando. O ódio aos professores. **Movimento Liberdade para educar**, 2015a. Disponível em: <<https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2015/09/18/o-odio-aos-professores/>>. Acesso em 03 de março de 2019;

\_\_\_\_\_. Programa “Escola Sem Partido”: uma ameaça à educação emancipadora. In: GABRIEL, C. T.; MONTEIRO, A. M. e MARTINS, M. L. B. (org.) **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016b. Disponível em;

\_\_\_\_\_. “Investigando o Escola Sem Partido. Palestra com o prof. Dr. Fernando Penna”. Movimento Liberdade Para Educar. **YouTube**. Série de cinco vídeos, 59 min. no total. [S.l.], 28 jan. 2016c. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UG5feB3w7wA>>. Acesso em 22 de fev. de 2019.

SANTOS, Elenir Souza. **Trabalhando com alunos:subsídios e sugestões**: o professor como mediador no processo ensino aprendizagem. Revista do Projeto Pedagógico; Revista Gestão Universitária, n. 40. Disponível em:<[http://www.udemo.org.br/RevistaPP\\_02\\_05Professor.htm](http://www.udemo.org.br/RevistaPP_02_05Professor.htm)>. Acesso em: 23 de nov. de 2019.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. P. 9 – 29. GENTILLI, Pablo A. A. **O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional**. P. 111 – 177. Petrópolis: Vozes, 1995.

## ANEXOS

## ANEXO 1- IMAGENS QUE DEMONSTRAM O ATAQUE A FIGURA DOCENTE

Disponíveis no site do Movimento Escola sem Partido. <<https://escolasempartido.org/>>

Imagem 1: A figura abaixo foi capturada nas manifestações pró-impeachment de Dilma Rousseff.



Imagem 2: O post disponível no site do ESP, revela o incomodo do movimento com a nomeação de Freire ao posto de patrono da educação brasileira.



***“Paulo Freire, cujo maravilhoso sistema de ensino jamais produziu um escritor, um cientista, um filósofo ou mesmo um executivo competente, limitando-se a transformar milhares de coitadinhos em igual número de coitadinhos, é o patrono de uma educação nacional que produz analfabetos funcionais em massa e cujos estudantes obtêm sempre as piores notas nos testes internacionais. Se 41 universidades acham esse cidadão o máximo, 41 universidades deveriam ser fechadas. Paulo Freire é um sujeito oco, o tipo acabado do pseudo-intelectual militante. Sua fama baseia-se inteiramente no lucro político que os comunistas obtêm do seu método. Esse método, aliás, não passa de uma coleção de truques para reduzir a educação à doutrinação sectária. Um dia teremos vergonha de ter dado atenção a essa porcarias...” (Olavo de Carvalho).***



Imagem 3: A imagem abaixo demonstra os valores neoliberais/neoconservadores sendo reafirmados através do ataque a educação pública.

